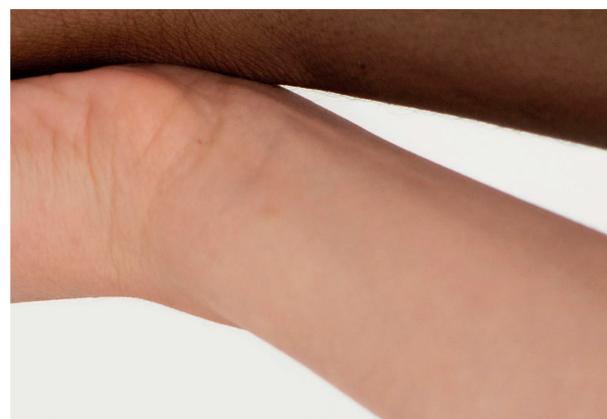
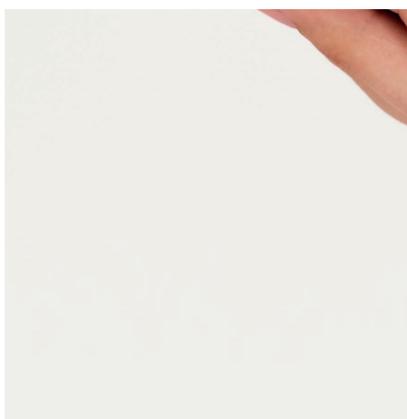
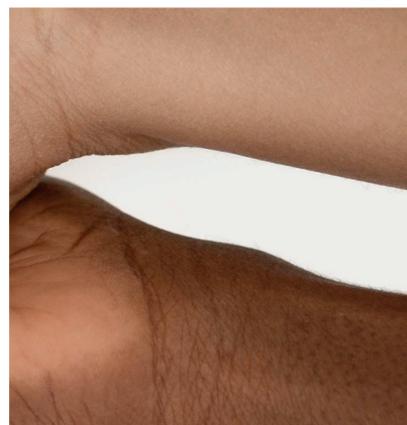




## Relatório Final da III Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Campinas

Fome: O alimento como direito.  
Atuação do Estado e da sociedade.



*Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
Embrapa Territorial  
Ministério da Agricultura e Pecuária*

## **DOCUMENTOS 152**

# Relatório Final da III Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Campinas

Fome: O alimento como direito.  
Atuação do Estado e da sociedade.

*Celina Maki Takemura*

**Embrapa Territorial**  
Av. Soldado Passarinho, nº 303  
Fazenda Chapadão  
13070-115, Campinas, SP  
Fone: (19) 3211.6200  
www.embrapa.br/territorial  
www.embrapa.br/fale-conosco/sac

Comitê Local de Publicações  
da Embrapa Territorial

Presidente  
*Luciôla Alves Magalhães*

Secretária-executiva  
*Bibiana Teixeira de Almeida*

Membros  
*André Luiz dos Santos Furtado, Celina Maki  
Takemura, Janice Freitas Leivas, Márcia Helena  
Galina Dompieri, Suzilei Francisca de Almeida  
Gomes Carneiro, Vera Viana dos Santos Brandão,  
Jaudete Daltio, Cristina Criscuolo, Rogério Resende  
Martins Ferreira e Daniela Tatiane de Souza*

Supervisão editorial  
*Suzilei Carneiro e Bibiana Teixeira de Almeida*

Revisão de texto  
*Bibiana Teixeira de Almeida*

Normalização bibliográfica  
*Vera Viana dos Santos Brandão*

Projeto gráfico da coleção  
*Carlos Eduardo Felice Barbeiro*

Editoração eletrônica e tratamento das ilustrações  
*Suzilei Carneiro*

Fotos da capa  
*Freepik.com*

**1ª edição**  
Publicação digital (2023): PDF

**Todos os direitos reservados**

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte,  
constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610).

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
Embrapa Territorial

---

Takemura, Celina Maki.  
Relatório final da III Conferência Municipal de Segurança Alimentar e  
Nutricional de Campinas / Celina Maki Takemura. – Campinas: Embrapa  
Territorial, 2023.  
PDF (44 p.) : il. – (Documentos / Embrapa Territorial, ISSN 0103-7811 ; 152)

1. Agricultura urbana. 2. Produção agrícola. 3. Políticas públicas.  
I. Título. III. Série.

CDD 363.192

---

*Vera Viana dos Santos Brandão* (CRB-8/7283)

© 2023 Embrapa

## Autora

### **Celina Maki Takemura**

Bacharel em Ciência da Computação, doutora em Ciência da Computação, pesquisadora da Embrapa Territorial, Campinas, SP

## Colaboradores

### **Comissão Organizadora do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Campinas<sup>1</sup>**

Ana Cláudia da Silva Reis, Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos

Celina Maki Takemura, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

Cinthia Baú Betim Cazarin, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Dag Mendonça Lima, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Emiliano Milanez Graziano da Silva, Instituto Fome Zero

Érik Campos da Silva Ricardo, Instituto de Solidariedade para Programas de Alimentação (ISA)

Gabriela Kaizer Fullin Castanho, Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos

Jorge Henrique Morais da Silva, Cooperativa de Trabalho Assessoria Técnica e Extensão Rural e Meio Ambiente (Amater)

Juliana Segata de Carvalho, Centro de Orientação Familiar (COF)

Ligia Cristina Teixeira de Souza Pacheco, Secretaria Municipal de Trabalho e Renda

Márcia Rosane Marques, Sindicato Rural de Campinas

Maria Carolina Loureiro Becaro, Instituto de Solidariedade para Programa de Alimentação (ISA)

Maria Helena Antonicelli, Secretaria Municipal de Educação

Maria Helena Novaes Rodrigues, Associação de Educação do Homem de Amanhã (Guardinha)

Mariana Barão, Secretaria Municipal de Governo

Mariana de Souza Maia, Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos

Nacle Nabak Purcino, Secretaria Municipal de Saúde

Rafael Melhado Stroili, Secretaria Municipal de Trabalho e Renda

Renata Elisa Faustino de Almeida Marques, Assupero Ensino Superior Ltda / Universidade Paulista (Unip)

Reuber Luis Boschini, Centro de Orientação Familiar (COF)

Roberto Batista da Silva, Centro Comunitário do Jardim Santa Lúcia

Sheila Michelle Ralla, Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos

### **Facilitadores, mediadores e relatores dos eixos**

Facilitadores: Emiliano Milanez Graziano da Silva; Carla Cristina Enes; Osmar Mosca Diz

Mediadores: Aline de Souza Alves; Carmen Sílvia Rincon; Maria Carolina Loureiro Becaro; Joseane Almeida Santos Nobre e Milena Baptista Bueno; Bettina Gerken Brasil; Jorge Henrique Morais da Silva

Relatores: Emanuely Tafarello; Mayra Santarosa de Rezende; Cintia Ballard; Natália Vilela Silva Daniel, Sofia Furtado

---

<sup>1</sup> Nomeada pela Resolução nº 01/2023, de 6 de junho de 2023.

## **Equipe de apoio**

Aldrey Cintia Sgorlon Lacerda

Alexandre Polo do Valle

Amanda Braga Tourinho

Ana Claudia Tsuchiya

Andressa Andriely

Brenda Alessandra Munhoz

Bruna Costa de Godoy

Carla Cristina Leite Simplicio

Célio Honorato de Oliveira

Efigênia Lopes

Emanuelly Camargo Tafarello

Gabriel Augusto Pícolo Rodrigues

Gabrielle Martho Domingues

Genilsa Carneiro de oliveira

Ian Gouvea Furlan

Isabel Cristina da Silva

Joseane Roberta Quintiliano Rhis

Leonardo Duart Bastos

Luciene Cristina Nunes

Maria Cláudia Trindade da Costa

Matusalém Paracelso Silva

Paula Lima

Roberto Torres

Sandy Chagas Galvani Lima

Sheila Michele Ralla

Thaís Proença Honório Rodrigues

Viviane Aparecida Rodrigues



## Apresentação

A Embrapa Territorial é uma Unidade temática da Embrapa que atua na viabilização de soluções de inteligência, gestão e monitoramento territorial para a agricultura brasileira. Em seus projetos e ações, a Unidade desenvolve e aplica métodos que oferecem aos gestores públicos e privados conhecimento da complexidade do mundo rural, seus desafios e oportunidades.

Nossas equipes multidisciplinares fazem amplo uso das geotecnologias para gerar, integrar e analisar informações de diversas fontes e naturezas, em bases territoriais e em diversas escalas temporais.

O desenvolvimento e a aplicação de métodos, técnicas e procedimentos permitem detectar, identificar, qualificar, cartografar, prever e monitorar os diversos aspectos e fatores que influenciam a dinâmica de atividades agrícolas, pecuárias, florestais e ambientais em nível local, regional e nacional.

Bons prognósticos e diagnósticos territoriais são fundamentais na busca pelo desenvolvimento agropecuário sustentável, de modo a equilibrar as questões produtivas, socioeconômicas e ambientais. Além da caracterização de aspectos técnicos e agronômicos, a análise detalhada da agropecuária de uma determinada região implica compreender como essas características interagem com cada situação natural, agrária, agrícola, de infraestrutura e socioeconômica, possibilitando o monitoramento de sua evolução.

A Embrapa Territorial participa do Conselho Municipal de Segurança Alimentar de Campinas (Comsan Campinas), representada por suas empregadas Celina Maki Takemura e Edlene Aparecida Monteiro Garçon no mandato 2022/2024. Esta publicação é uma síntese do Relatório Final da III Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Campinas, realizada nos dias 2 e 3 de agosto de 2023. Esta iniciativa contribui para o alcance do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) número 2, "Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável", da Organização das Nações Unidas (ONU).

*Gustavo Spadotti Amaral Castro*

Chefe-Geral da Embrapa Territorial



## Conteúdo

Autora .....	5
Colaboradores .....	6
Apresentação .....	9
Agradecimentos.....	13
Introdução.....	15
Inscrições e credenciamento.....	20
Feira Campinas Solidária e Sustentável .....	21
Abertura.....	21
Palestra magna .....	23
Arguição do palestrante .....	26
Regimento interno .....	28
Palestras direcionadoras .....	28
Eixo I — Equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional e infraestrutura .....	29
Eixo II — Consumo e saúde.....	30
Eixo III — Produção agrícola rural e urbana .....	32
Arguição dos palestrantes.....	33
Introdução ao trabalho dos eixos .....	35
Discussões nos eixos.....	35
Plenária .....	37
Eixo II — Consumo e saúde.....	38
Eixo I — Equipamentos e infraestrutura.....	38

Eixo III — Produção agrícola rural e urbana .....	38
Propostas aprovadas na III Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Campinas .....	39
Eixo I — Equipamentos e infraestrutura.....	39
Eixo II — Consumo e saúde.....	39
Eixo III — Produção agrícola rural e urbana (aprovadas sem destaque) .....	40
Propostas prioritárias para a etapa regional, por eixo.....	41
Eixo I — Equipamentos e infraestrutura.....	41
Eixo II — Consumo e saúde.....	41
Eixo III — Produção agrícola rural e urbana .....	42
Moções aprovadas pela Plenária da Conferência.....	42
Candidatura de delegados para a conferência regional.....	42
Considerações finais .....	43
Referências .....	44

## Agradecimentos

A todos os presentes, inscritos e convidados, que atenderam ao nosso chamado e participaram da construção democrática das propostas relacionadas neste documento; às seguintes autoridades e representantes, pela presença: Sr. Domis Vieira Lopes, representando o mandato do Deputado Estadual Rafa Zimbaldi; Sr. Alexandre Bardin, Presidente da Associação dos Permissionários da Ceasa (Assoceasa); Sr. Ronaldo Rodrigues Vale, Presidente do Instituto de Solidariedade para Programas de Alimentação (ISA); Sra. Maria Helena Novaes Rodrigues, Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente (Comdema); Sr. Sidnei Fernandes, da Defesa Civil de Campinas. Aos palestrantes, que deram o insumo e fomentaram a discussão no tema e em cada um dos Eixos da Conferência, e às instituições que representam: Instituto Fome Zero (IFZ), Prefeitura Municipal de Campinas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati). Aos expositores que participaram da Edição Especial da Feira Campinas Solidária e Sustentável. À Secretaria de Trabalho e Renda, na pessoa do Secretário Gustavo Tella, que gentilmente apoiou a feira com a cessão da infraestrutura necessária ao expositores. Ao ISA, à Assoceasa e a todos os permissionários da Ceasa/Campinas, à Grãos do Castelo e à Agropecuária Santa Terezinha, que fizeram doações para a organização e decoração do espaço da Conferência e presentearam os palestrantes. À Sanasa, pela doação de copos de água envasados nas suas estações de tratamento de água. À Fundação Municipal para Educação Comunitária (Fumec) e à Pro Visão Sociedade Campineira de Atendimento ao Deficiente Visual, por provisionarem à Conferência a acessibilidade necessária para todos os inscritos. Ao Instituto Anelo, aos Patrulheiros de Campinas, à Associação Anhumas Quero-Quero (AAQQ) e à Sociedade Educativa de Trabalho e Assistência (Seta) — Unidade Guaraçá e Santana — que ilustraram a Conferência com suas apresentações culturais; à logística da Ceasa/Campinas para trazer nossos artistas convidados. À Universidade Paulista (Unip), pela cessão do espaço, da infraestrutura e de outros recursos, sem os quais a Conferência não teria sido realizada. A todos que dedicaram seu tempo e seu esforço à Conferência: à equipe de apoio, aos relatores, moderadores e facilitadores, e aos revisores. Aos parceiros, cujo envolvimento foi essencial para a realização da Conferência: Prefeitura Municipal de Campinas; Secretaria de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos; Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional; e às instituições Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Centro Comunitário Jardim Santa Lúcia e Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Aos membros da Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan Campinas) e do Comsan; e a todos os funcionários de serviços públicos e representantes da sociedade civil que os integram, pelo empenho e a participação. Aos usuários dos equipamentos, que se dedicam à construção e ao aperfeiçoamento da Política de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Campinas.



## Introdução

Esta publicação é uma síntese do Relatório Final da III Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Campinas<sup>1</sup>, doravante denominada Conferência para fins deste relato. A parte principal do Relatório é aqui reproduzida praticamente sem alterações, e a íntegra do Relatório está disponível na seção do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (Comsan), na página da Secretaria de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos da Prefeitura Municipal de Campinas na internet. Eventuais dados pessoais dos participantes do processo aqui documentado foram ocultados desta publicação em atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

A Conferência foi convocada por meio do Decreto Municipal nº 22.835, de 21 de junho de 2023, publicado no Diário Oficial do Município de Campinas, com o tema “Fome: o alimento como direito: Atuação do Estado e da Sociedade”. Segundo o decreto, a Conferência tem como objetivo geral

proporcionar um espaço democrático de discussões e reflexões no âmbito municipal, buscando a consolidação do princípio da prioridade absoluta, preconizado na Constituição Federal e na Lei Orgânica de Segurança Alimentar (Losan) nº 11.346, de 15 de Setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Sisan (Campinas, 2023).

O decreto define, ainda, a data e o local da Conferência como sendo dias 2 e 3 de agosto de 2023, das 8h00 às 17h00, nas dependências do Campus Swift da Universidade Paulista (Unip), na Avenida Comendador Enzo Ferrari, 280, CEP 13045-770, Campinas, São Paulo.

A Conferência é normatizada por um Regimento Interno próprio, que:

- a) descreve os objetivos específicos da Conferência;
- b) explicita os eixos nos quais o tema será debatido, a saber:
  - Eixo I – Equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional e Infraestrutura;
  - Eixo II – Consumo e Saúde;
  - Eixo III – Produção Agrícola Rural e Urbana;
- c) delimita a programação do evento; e
- d) estabelece o conjunto de normas que regulamentam a organização e o funcionamento da Conferência.

O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Campinas (Comsan), através da organização da Conferência, visa levantar propostas para a efetivação do I Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Campinas, SP, visitar e revisar suas metas e estratégias e, com participação popular em interlocução com gestores públicos, garantir a gestão democrática das políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional. Através da escuta ativa dos conselheiros e dos membros da organização da Conferência, tem-se a expectativa de: apreender como a população campineira entende as políticas, suas vantagens e omissões; entender as necessidades específicas de usuários dos equipamentos e da infraestrutura e beneficiários das políticas existentes;

---

<sup>1</sup> Prefeitura Municipal de Campinas, 2023.

verificar possíveis desídiás e como resolvê-las, através da proposta de ações objetivas e palpáveis para a confecção de um II Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, com vigência entre 2024 e 2028.

### **Atuação do município em Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)**

A Resolução nº 2, de 8 de julho de 2020, do Ministério da Cidadania, através da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, formalizou a adesão do município de Campinas ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan). O Sisan é um sistema de gestão intersetorial de políticas públicas, participativo e de articulação entre os três níveis de governo para a implementação e execução das políticas de segurança alimentar e nutricional. Tem como objetivos: formular e implementar políticas e planos de segurança alimentar e nutricional; estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil na promoção do direito à alimentação; e promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da segurança alimentar e nutricional no País.

O Sisan é composto por uma Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan), na esfera federal, estadual e municipal e por conselhos de segurança alimentar estaduais e municipais.

São membros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar de Campinas (Comsan Campinas), nomeados para o mandato 2022/2024 pela Portaria nº 98253/2022 da Prefeitura Municipal de Campinas, habilitados segundo as normativas do Conselho, e delegados natos da Conferência:

### **Representantes do poder público**

- Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos: Gabriela Kaiser Fullin Castanho (titular); Sheila Michele Ralla (suplente).
- Secretaria Municipal de Educação: Maria Helena Antonicelli (titular); Vera Maria Gurgel do Amaral (suplente).
- Secretaria Municipal de Governo: Mariana Barão (titular); José Carlos Bernardi (suplente).
- Secretaria Municipal de Saúde: Nacle Nabak Purcino (titular); Larissa Vannucchi Candreva Oliveira (suplente).
- Secretaria Municipal de Trabalho e Renda: Ligia Cristina Teixeira de Souza Pacheco (titular); Rafael Melhado Stroili (suplente).
- Universidade Estadual de Campinas (Unicamp): Dag Mendonça Lima (titular); Cinthia Baú Betim Cazarin (suplente).
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa): Celina Maki Takemura (titular); Edlene Aparecida Monteiro Garçon (suplente).

### **Representantes da sociedade civil**

- Associação de Educação do Homem de Amanhã (Guardinha): Patricia Scarmen Angelim (titular); Maria Helena Novaes Rodriguez (suplente).
- Centro de Orientação Familiar (COF): Reuber Luis Boschini (titular); Juliana Segato de Carvalho (suplente).
- Centro Comunitário do Jardim Santa Lúcia: Roberto Batista da Silva (titular); Terezinha de Fátima Carneiro da Silva (suplente).

- Sindicato Rural de Campinas: Márcia Rosane Marques (titular); Luis Fernando Amaral Binda (suplente).
- Cooperativa de Trabalho Assessoria Técnica e Extensão Rural e Meio Ambiente (Amater): Jorge Henrique Morais da Silva (titular); Sheyla Saori Iyusuka (suplente).
- Assupero Ensino Superior Ltda / Universidade Paulista (Unip): Renata Elisa Faustino de Almeida Marques (titular); Celia Regina de Avila Oliveira (suplente).
- Pastoral da Criança – Campinas: Antonio Carlos Corrêa Cândido (titular); Cláudia Regina Maluf Pontin (suplente).
- Instituto de Solidariedade para Programas de Alimentação (ISA): Maria Carolina Loureiro Becaro (titular); Érik Campos da Silva Ricardo (suplente).
- Ilé Asé Obá Adákédájó Omí Aladò: Moacyr Barra Grande Filho (titular); Alessandra Soares Lucas (suplente).

O Comsan Campinas, assim como toda a Política Municipal de SAN, é regido pela Lei Municipal nº 15.912, de 18 de junho de 2020, que também especifica o Programa Banco Municipal de Alimentos de Campinas com as seguintes finalidades:

(I) captar alimentos excedentes da comercialização ou industrialização, inadequados para finalidade comercial, mas próprios para o consumo humano, com a finalidade de combate ao desperdício; (II) arrecadar alimentos in natura, prontos para o consumo, provenientes de doações, inclusive eletrônicas; (III) receber alimentos da agricultura familiar originários de compras institucionais; (IV) realizar campanhas de arrecadação de alimentos e outros itens de necessidades básicas para pessoas ou famílias em vulnerabilidade temporária ou atingidas por situação de emergência ou calamidade pública; (V) cadastrar como pontos de recebimento e/ou distribuição: entidades, associações, institutos, fundações, equipamentos de alimentação e nutrição sem fins lucrativos, que atendam pessoas ou famílias que estejam em situação de insegurança alimentar; (VI) adquirir alimentos in natura, prontos para o consumo, com recursos próprios do Município ou do Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, para distribuir para pessoas ou famílias que estejam em situação de insegurança alimentar; (VII) distribuir os alimentos in natura, prontos para o consumo, provenientes do combate ao desperdício, de doações ou aquisições, para entidades, associações, institutos, fundações, equipamentos de alimentação e nutrição e para as demais ações de alimentação e nutrição que atendam pessoas ou famílias que estejam em situação de insegurança alimentar; (VIII) realizar Educação Alimentar e Nutricional destinada a difundir técnicas de redução/eliminação de desperdícios e normas sanitárias na manipulação de alimentos; (IX) cadastrar empresas, instituições, pessoas físicas, entre outros, para serem doadores ou pontos de arrecadação de alimentos de parceiros oficiais; (X) desenvolver projetos e tecnologias sociais de segurança alimentar e nutricional para pessoas ou famílias em vulnerabilidade social e com insegurança alimentar (Campinas, 2020).

Os alimentos coletados pelo Banco de Alimentos de Campinas passam por triagem técnica e são distribuídos entre as 120 entidades assistenciais de Campinas, cofinanciadas, cadastradas e acompanhadas pela Secretaria de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos, a depender do que é arrecadado.

Essas instituições atendem em torno de 33 mil pessoas em situação de risco social: crianças, jovens, desempregados, idosos, pessoas com deficiência, dependentes químicos, entre outros.

O Instituto de Solidariedade para Programa de Alimentação (ISA), outro importante equipamento de combate ao desperdício e à fome, atua no atendimento a famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica em insegurança alimentar moderada e grave, por meio de cadastro social. A entrega é feita diretamente nos territórios de maior vulnerabilidade social da cidade, a entidades assistenciais, a pessoas com agravos à saúde nos quais a ingestão de alimentos saudáveis esteja condicionada à melhora do quadro clínico, a eventos de mobilização social e pequenos pecuários da região. O ISA arrecada doações de frutas, verduras e legumes de permissionários da Ceasa/Campinas que não estão próprios para venda, as seleciona, higieniza e distribui conforme suas frentes de atendimento. São arrecadadas, em média, 300 t e são atendidas mais de 70 mil pessoas por mês.

A Portaria nº 96504/2021 da Prefeitura Municipal de Campinas, de 21 de dezembro de 2021, instituiu o Grupo de Trabalho Intersetorial, vinculado às ações da Caisan Campinas. A mesma portaria nomeou os membros para implementação municipal do Programa de Hortas Comunitárias – Agricultura Urbana, Feira Solidária e Sustentável, Agroecologia e Educação Alimentar e Nutricional, no arruamento do Paço Municipal, com a venda de produtos in natura ou minimamente processados produzidos de forma sustentável na Região Metropolitana de Campinas. Em 29 de dezembro de 2021, foi assinada a Lei Municipal nº 16.183, que institui o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) – Campinas Solidária e Sustentável no município de Campinas.

O Programa de AUP – Campinas Solidária e Sustentável tem como objetivo assegurar o direito à utilização de espaços públicos e privados, por pessoas físicas e jurídicas, para o desenvolvimento de atividades agrícolas como práticas relacionadas à garantia de segurança e soberania alimentar e à manutenção e ao incremento da qualidade de vida. O programa busca a participação da juventude, observa a igualdade de gênero e visa estimular nos participantes o protagonismo nos processos de construção e socialização do conhecimento na gestão, na organização social e nas atividades produtivas da agroecologia, da produção orgânica e da transição agroecológica. Como resultado desse programa, Campinas participou da última edição do Prêmio Cidades Sustentáveis: Acelerando a Implementação da Agenda 2030, no Eixo Social, com a prática “Projeto-Piloto de Horta Comunitária: Cultivando no Florence – Programa Campinas Solidária e Sustentável”, e conquistou o terceiro lugar.

O Programa Nutrir Campinas foi instituído pela Lei nº 15.017, de 26 de maio de 2015, regulamentada pelo Decreto nº 18.973/2016, de 11 de janeiro de 2016, e ampliada pela Lei Municipal nº 15.892/2020, de abril de 2020. O programa é uma política compensatória, temporária, condicionada e emergencial, de garantia mínima de segurança alimentar e nutricional para as famílias e/ou municípios, visando assegurar o direito humano à alimentação adequada e, em especial, possibilitar “(I) acesso digno aos alimentos; (II) crescimento e desenvolvimento humano com qualidade de vida e cidadania; (III) aquisição de alimentos diferenciados e em conformidade com as necessidades nutricionais das famílias”. Através do programa, famílias e/ou indivíduos que efetivamente residam em Campinas e que estejam em situação de vulnerabilidade nutricional recebem um cartão magnético que deve ser utilizado exclusivamente para a aquisição de gêneros alimentícios de primeira necessidade em estabelecimentos comerciais. Atualmente o Cartão Nutrir garante recursos para a compra de alimentos a 6,5 mil famílias.

No contexto de participação em ações estaduais, Campinas faz a gestão local do Projeto Vivaleite, que tem como objetivo principal oferecer um complemento alimentar seguro e de alto valor nutritivo

a crianças e idosos de baixa renda que vivem em situação de vulnerabilidade social no estado, e atende atualmente 2,7 mil crianças. Operacionaliza, da mesma maneira, o Programa Bom Prato, que tem como objetivo oferecer refeições saudáveis e de alta qualidade a um custo acessível à população em vulnerabilidade social.

No que concerne às ações em nível federal, Campinas adere ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pelo artigo 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que tem duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Para o alcance desses dois objetivos, o programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de SAN e pela rede pública e filantrópica de ensino. Desde 2005, o Banco Municipal de Alimentos de Campinas recebe produtos da agricultura familiar por meio deste programa.

Com base no Programa Nacional de Alimentação Escolar, regulamentado pela Resolução FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020, Campinas implementou o Programa Municipal de Alimentação Escolar (PMAE) que é desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Campinas, através da Secretaria Municipal de Educação (SME) junto à Ceasa/Campinas. São atividades deste programa: o planejamento de cardápios; a aquisição de gêneros alimentícios utilizando os recursos repassados pelo Estado, FNDE e Tesouro Municipal; a realização de chamadas públicas para aquisição de gêneros da agricultura familiar; a aquisição de equipamentos e utensílios para as cozinhas; a participação na elaboração de plantas arquitetônicas em parceria com a Coordenadoria de Arquitetura Escolar da SME, bem como o acompanhamento de obras e reformas em cozinhas escolares; o desenvolvimento de projetos de educação alimentar e nutricional; o diagnóstico e acompanhamento do estado nutricional dos escolares; o gerenciamento dos contratos e a prestação de contas do convênio; o controle de qualidade e a logística dos gêneros alimentícios adquiridos pela prefeitura; a contratação de mão de obra terceirizada (cozinheiras) para a execução dos cardápios; a supervisão da alimentação escolar, zelando pela integridade dos estoques, das cozinhas escolares e pela segurança alimentar.

Programas do Sistema Único de Assistência Social (Suas) que se relacionam de alguma forma à segurança alimentar e que beneficiam cidadãos campineiros e são operacionalizados pelo município não precisam de apresentação e podem ser citados: Programa Bolsa Família (PBF); Benefício de Prestação Continuada (BPC).

O Decreto nº 22.612, de 19 de janeiro de 2023, regulamenta a Lei Municipal nº 16.335, de 21 de dezembro de 2022, que instituiu o programa de transferência de renda denominado Renda Campinas, para enfrentamento da vulnerabilidade social como política pública permanente e compensatória no município, e que visa transferir renda a 25 mil famílias em situação de pobreza e extrema pobreza.

No contexto da saúde, o Sistema Único de Saúde de Campinas (SUS/Campinas) contempla a atenção à saúde da criança e da mulher (gravidez e planejamento familiar), do adulto e idoso, e está relacionado à atenção primária, integral e ampliada. O SUS/Campinas apoia-se na Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), a qual norteia a organização e oferta dos cuidados relativos à alimentação e nutrição no SUS e deve contribuir para a conformação de uma rede integrada, resolutiva e humanizada de cuidados em todos os pontos da rede de atenção à saúde. Ainda dentro do contexto da saúde, cabe ao Núcleo Ampliado à Saúde da Família (Nasf) apoiar as equipes da saúde da família (SF) na organização e oferta da atenção nutricional nos territórios, a qual deve responder às demandas e necessidades de saúde da população adstrita, considerando as necessidades de maior frequência e relevância e observando critérios de risco e vulnerabilidade.

Além disso, a Vigilância Alimentar e Nutricional (VAN) nos serviços de saúde da atenção básica inclui a avaliação antropométrica (medidas corporais) e do consumo alimentar das crianças cujas famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família. Esses dados são consolidados no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan).

Do ponto de vista da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) — estratégia fundamental para a prevenção e o controle dos problemas alimentares e nutricionais, que contribui para a prevenção e o controle das condições crônicas não transmissíveis e deficiências nutricionais e para a valorização da cultura alimentar, dos hábitos regionais, da soberania alimentar e promove a redução do desperdício de alimentos, a sustentabilidade e a alimentação saudável —, são realizadas diversas ações no município, com participação do poder público através das secretarias de Saúde, Educação e Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos, da Ceasa/Campinas, do Banco Municipal de Alimentos, da Universidade Estadual de Campinas e de órgãos da sociedade civil como Sesc e universidades particulares.

Em julho de 2021, a Prefeitura Municipal de Campinas lançou seu Diagnóstico de Segurança Alimentar e Nutricional, a partir do levantamento de dados para monitoramento da situação alimentar e nutricional, em um trabalho realizado entre 2015 e 2020. Apesar de ainda estar em construção quando da elaboração do I Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Campinas, as informações nele contidas foram fundamentais para a priorização de suas ações e o delineamento de suas estratégias.

O diagnóstico apresentou: (a) dados gerais do município de Campinas (informações populacionais e territoriais e de riqueza e renda); (b) informações de abastecimento e comercialização; (c) informações sobre programas de acesso a alimentos e combate ao desperdício, de alimentação escolar, de assistência social, educação alimentar e nutricional; (d) um panorama do município sobre as características produtivas e estruturas de apoio; (e) dados do Sisvan; etc.

Conhecer a situação alimentar e nutricional da população é imprescindível para a elaboração de políticas públicas de SAN. Em especial, o esforço empreendido para a execução do diagnóstico e o arranjo institucional do Comsan Campinas, mantido apesar da extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar no período, permitiu que, entre 2020 e 2022, as ações de enfrentamento à emergência sanitária causada pela pandemia, no que concerne a SAN, fossem mais eficazes e mais eficientes.

## Inscrições e credenciamento

As inscrições para a Conferência foram realizadas até dia 31 de julho de 2023, por página específica no site da prefeitura. Foram recebidas 300 inscrições, preenchendo todas as vagas para lotação do auditório da sede da Conferência. Dessas inscrições, foram autodeclaradas: 1 pessoa cega ou com deficiência visual; 2 pessoas surdas ou com deficiência auditiva; e 3 pessoas com deficiência física e motora. Para atender as necessidades desse público, foram previstas a alocação de intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras), cedidos pela Fundação Municipal para Educação Comunitária (Fumec), e a impressão em braille dos documentos orientadores para discussão dos eixos, por meio da Pro Visão Sociedade Campineira Atendimento ao Deficiente Visual. A Unip dispõe de sinalização e infraestrutura de acessibilidade adequadas para esse público.

As inscrições foram classificadas em (a) representantes do poder público (representantes dos poderes executivo e legislativo federal, estadual e municipal, do judiciário e do Ministério Público) ou

(b) representantes da sociedade civil (toda a população envolvida na pauta de segurança alimentar e nutricional, em atendimento aos segmentos: beneficiários/usuários da assistência social; produtores rurais; agricultores familiares; indígenas; quilombolas; pescadores; assentados; representantes de universidades; representantes da sociedade civil em conselhos municipais de saúde, educação, assistência social, criança e adolescente, idoso, mulher, pessoa com deficiência, igualdade racial, LGBTQT, entre outros).

Inicialmente as inscrições foram divididas em 100 vagas para representantes do poder público e 200 vagas para a sociedade civil, garantindo que houvesse participação de, no mínimo, 2/3 da audiência da sociedade civil, prevista no Regimento. No entanto, superando as expectativas, as inscrições da sociedade civil ultrapassaram as 200 vagas previstas.

Na manhã do dia 2 de agosto de 2023, houve o credenciamento de 185 delegados da Conferência, dos quais 110 eram representantes da sociedade civil e 75, do poder público. As listas de presença dos dois dias de evento estão disponíveis no Anexo do documento completo disponibilizado no site da Prefeitura Municipal de Campinas (ver Prefeitura Municipal de Campinas, 2023).

Para garantir a participação de todos, a Prefeitura Municipal de Campinas, através da Secretaria de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos, subsidiou a passagem em transporte público dos participantes. Para tanto, forneceu um formulário para adesão e coleta das informações necessárias para carga do cartão vale-transporte, que foi disponibilizado em um endereço eletrônico<sup>2</sup>. Houve 66 adesões ao subsídio.

## Feira Campinas Solidária e Sustentável

Paralelamente à Conferência, por incentivo do Comsan Campinas e por meio do Programa Programa de AUP, ocorreu uma edição especial da Feira Campinas Solidária e Sustentável, com a exposição de produtos in natura ou minimamente processados produzidos de forma sustentável na Região Metropolitana de Campinas. Na feira, foram ofertadas também ações de educação alimentar e nutricional, e alimentos e preparações culinárias com plantas alimentícias não convencionais (pancs). Participaram da feira os seguintes expositores: Orís; Quintal Orgânico; Horta Parque Itajaí; Coletivo de Produtoras; Acampamento Marielle Vive; Coletivo de Produtoras Elizabeth Teixeira; Armazém das Oficinas; Horta Comunitária Piloto Cultivando no Florence; e Comunidade do Menino Chorão.

## Abertura

Roberto Batista da Silva, do Centro Comunitário do Jardim Santa Lúcia e membro do Comsan, cerimonialista da Conferência, fez sua audiodescrição; introduziu o tema, os eixos e os objetivos da Conferência; apresentou a programação; deu as boas-vindas aos participantes; e convocou a mesa de abertura. Formaram a mesa:

- Célia Regina de Ávila Oliveira, coordenadora-geral do curso de Nutrição da Unip para o Brasil;
- José Francisco Graziano da Silva, engenheiro-agrônomo e doutor em Economia, professor titular aposentado do Instituto de Economia da Unicamp, ex-diretor geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO);

<sup>2</sup> [https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScOuVc2s6NNNzixV8GdGE1L5u0L2og3y1HI3DL14Vj\\_ohGog/viewform?usp=sf\\_link](https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScOuVc2s6NNNzixV8GdGE1L5u0L2og3y1HI3DL14Vj_ohGog/viewform?usp=sf_link).

- Renata Elisa Faustino de Almeida Marques, docente e coordenadora do curso de Nutrição da Unip para Campinas e presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Campinas;
- Luiz Carlos Rossini, vereador e presidente da Câmara Municipal de Campinas;
- Vandecleya Elvira do Carmo Silva Moro, secretária municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos e presidente da Caisan Campinas, representando o prefeito municipal de Campinas;
- Daniel Zulian, promotor do Ministério Público do Estado de São Paulo;
- Joyce Francieli Guimarães Ferreira, beneficiária do Programa Social Vivaleite.

Roberto agradeceu os convidados presentes e os representantes dos ausentes e todos os envolvidos na organização, conforme a seção Agradecimentos deste documento. O hino nacional foi executado pelo Grupo de Metais da Orquestra dos Patrulheiros de Campinas, sob condução do maestro Douglas Vieira. Os participantes da mesa de abertura foram convidados a se manifestar.

Vandecleya cumprimentou o maestro Douglas e a orquestra, Joyce, e os demais componentes da mesa, o vereador Cecílio, e o Comsan Campinas. Agradeceu Graziano pela presença. Afirmou que a temática da Conferência é intersetorial, assim como o objetivo de combater a fome. Afirmou que a Prefeitura, na pessoa do prefeito Dário Saadi, toma para si e assume a luta do poder público no combate à fome. Vandecleya defendeu que a Conferência é um marco, com previsão de apresentação de propostas, sem perder o foco no que já está sendo feito. Indicou que as propostas devem balizar as ações futuras, políticas estruturantes de atuação conjunta de representantes do poder público e da sociedade civil.

Rossini fez sua audiodescrição. Cumprimentou todos os participantes e componentes da mesa. Elogiou a presença de Graziano, pai do Programa Fome Zero. Agradeceu à Unip pela cessão do espaço. Afirmou que o acesso a alimentos de forma permanente e com qualidade não é atendido, que é obrigação do Estado garantir esse direito. Apontou a necessidade de produção de alimentos orgânicos, de estímulo à cooperativas, de merenda escolar e de educação para o consumo saudável e contra o desperdício de alimentos. Rossini declarou entender que a Conferência é importante para aprimorar políticas existentes e criar novas ações, e colocou a Câmara de Campinas à disposição para criar leis e aprimorar programas.

Joyce, do Vila Nova, beneficiária do programa Vivaleite, falou do programa e deu um depoimento pessoal sobre o Vivaleite e outros programas que atuam na região. Enfatizou a importância da ação em segurança alimentar para o bairro onde vive.

Daniel fez sua audiodescrição, cumprimentou a mesa e a sociedade civil representada por Joyce. Cumprimentou também membros da mesa representantes do poder público em todos os níveis, e representantes da sociedade civil de entidades de controle social na forma do Comsan Campinas e na pessoa da professora Renata. Defendeu que a atuação do Ministério Público garante que o poder público implemente as políticas públicas adequadas e garante que a elaboração da política pública observe a participação social e os critérios de intersetorialidade e de representabilidade da população, previsão legal do Sisan. Afirmou que as diretrizes de políticas públicas devem partir da população, através da participação em eventos como a Conferência.

Célia representou a reitora da Unip, professora Sandra Rejane Gomes Miessa. Externou ser uma honra contribuir com o espaço de debate para a Conferência e contar com a presença de todos os seus atores, participantes e da mesa. Célia afirmou ter certeza de que o ambiente de discussão

seria muito rico, um espaço de escuta e de contribuição. Ela agradeceu Renata e a organização da Conferência e desejou bom evento a todos.

Renata agradeceu a presença da mesa. Citou Josué de Castro: “Não se chegará jamais à paz com um mundo dividido entre a abundância e a miséria, o luxo e a pobreza, o desperdício e a fome. É preciso acabar com essa desigualdade social” (Andrade et al., 2003). Fez sua audiodescrição, descrevendo-se como mulher negra. Completou dizendo que ficou feliz ao ver-se representada no público da Conferência. Observou que, pela fala dos que a antecederam, todos os componentes da mesa compartilhavam um mesmo pensamento, falavam a mesma língua. Agradeceu à equipe; aos conselheiros; aos departamentos; e à Joyce, uma mulher preta, de peso, que também a representa e ao seu povo. Desejou que todos usufríssem da Conferência e que juntos dessem continuidade aos trabalhos do I Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Campinas.

## Palestra magna

A palestra magna “Fome: o alimento como direito: Atuação do Estado e da Sociedade” foi ministrada por José Graziano da Silva. José Graziano é agrônomo de formação e doutor em economia, professor titular aposentado do Instituto de Economia da Unicamp. Ele ocupou o cargo de diretor-geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) de 2012 a 2019. Com mais de 30 anos de conhecimento relacionado à segurança alimentar e nutricional e ao desenvolvimento rural, José Graziano coordenou a formulação e implementação do Programa Fome Zero no Brasil enquanto Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, no primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Em 2022, foi agraciado com o Grand Prix do 7º Prêmio *Niigata International Food Award Foundation*.

Roberto deu as orientações gerais ao público. Os questionamentos deveriam ser entregues por escrito à equipe de apoio: Maria Carolina, Ana Claudia e Cinthia Cazarin. O mediador, Dag Lima, ficou responsável por organizar as questões.

O título da apresentação feita na palestra foi “Combate à Fome, o papel do município”. Graziano agradeceu a oportunidade de voltar à cidade. Ele contou uma parte de sua trajetória, desde os estudos no Culto à Ciência, em Campinas, à Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), em Piracicaba. Voltou a Campinas, à Unicamp, a convite, por seu trabalho sobre boias-frias. Trabalhou no primeiro e único Ministério de Segurança Alimentar no Brasil. À época, 44% da população estava em situação de insegurança alimentar moderada ou grave. Foi diretor da FAO até 2019. Durante a pandemia não pode voltar ao Chile, onde sua esposa fazia doutoramento. Atualmente, alterna entre Chile e Brasil.

Graziano afirmou que tem Campinas como grande referência no tema de segurança alimentar. Explicou que o Programa Fome Zero nasceu de uma série de experiências bem-sucedidas nos municípios que foram visitados durante a campanha eleitoral, que sob esse pacote de experiências houve a construção de políticas macroeconômicas, e muitas dessas experiências foram gestadas no município de Campinas: o Programa Bolsa Família nasceu de uma experiência da gestão Magalhães Teixeira, no município, no início dos anos 1980. O Programa de Compras da Agricultura Familiar é fruto da municipalização da Ceasa Campinas. Graziano afirmou que poderiam ser citados outros exemplos de programas que foram gestados em Campinas e que deram à luz o Programa Fome Zero.

Seguindo a apresentação, Graziano apresentou as definições de situação de segurança alimentar e seus níveis — i.e. segurança alimentar, insegurança alimentar leve, insegurança alimentar

moderada, insegurança alimentar grave —, utilizadas no Brasil como adaptação das definições da FAO, a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia). Afirmou existir dificuldade na definição de fome: Josué de Castro define fome de forma quantitativa (Andrade et al., 2003), mas existe o lado qualitativo.

O professor apresentou a trajetória da insegurança alimentar no Brasil, desde 2004. Segundo a Ebia, 41% da população está em segurança alimentar hoje. A insegurança alimentar leve é a que mais cresce. Está relacionada a comer mal, o caminho para a obesidade. Mencionou que houve um salto da insegurança alimentar na pandemia: em 2020, 20% da população brasileira estava em insegurança alimentar moderada e grave; entre 2021 e 2022, esse número cresceu para 30%. Esses dados são cálculos da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Penssan).

Dados do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar (Vigisan/Penssan) e do *State of Food Security and Nutrition* (SOFI/FAO), apresentados pelo professor, confirmam a gravidade do problema de segurança alimentar no Brasil.

Para não ficar restrito às estatísticas oficiais, o palestrante apresentou pesquisa feita pela Folha de São Paulo em julho de 2022, sobre “sua avaliação da qualidade de comida para você e sua família no último mês”: 55,1% dos respondentes acharam que comiam o suficiente. Outro dado apresentado retratou que, durante a pandemia, 17% das famílias venderam bens para comprar comida.

Graziano também apresentou dados de distribuição dos níveis de insegurança alimentar e nutricional nas unidades da Federação e macrorregiões, do Vigisan. A insegurança alimentar é historicamente maior no Nordeste. Hoje, a região Norte tomou a primeira posição nesse índice, no qual ninguém quer ser campeão: 56% da sua população está em insegurança alimentar e o nível de insegurança grave é altíssimo. Constatou-se que a fome tem aumentado em todos os estados do País.

Durante a pandemia, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) fez quatro pesquisas sobre o consumo de alimentos. Houve diminuição do consumo de frutas, verduras e outros alimentos não industrializados. Essa diminuição foi ainda maior nos domicílios com crianças — 49% das famílias observaram essa redução — e também foi maior em domicílios com pessoas pardas e pretas (46%).

Dados da Revista Piauí (Lichotti; Valente, 2022) apresentados mostraram que a obesidade disparou entre crianças de 5 a 10 anos a partir da pandemia, e saiu de 12% para mais de 20% da população nessa idade.

A primeira preocupação em segurança alimentar é a fome. A segunda é a obesidade. Graziano observou que a obesidade de crianças e mulheres compromete o nosso futuro. Crianças obesas podem apresentar dificuldades motoras e intelectuais, e mulheres têm seu ciclo reprodutivo alterado. Um país com 20% de crianças obesas está comprometendo seu futuro.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre 2019, há prevalência de excesso de peso e obesidade na população brasileira com mais de 18 anos: 61,7% da população apresenta excesso de peso e 26,8% apresenta obesidade.

Como conclusão, Graziano apresentou três principais causas da fome no Brasil. A primeira é a falta de renda, que decorre de baixos salários, alta taxa de desemprego e informalidade, e baixo crescimento econômico. A segunda é o modelo agroexportador, que não distribui renda e gera crescimento intersetorial menor que o necessário para absorver o crescimento da população ativa. O terceiro é o alto grau de concentração de renda. O palestrante apontou que a miséria aumentou, e que miséria agrava a fome.

Sobre as ações do poder público, em especial municipal, com relação ao direito humano à alimentação adequada (DHAA), o professor começou apresentando um histórico. Citou a Declaração dos Direitos do Homem e dos Cidadãos; a Declaração dos Direitos Humanos; o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Pidesc); e a Cúpula Mundial da Alimentação.

Aluta pelo direito humano à alimentação é histórica. Sobre o Brasil, comentou a garantia e exigibilidade do DHAA. Citou a Losan e a Emenda Constitucional nº 64/2010, que transforma a DHAA em direito constitucional. Comentou sobre o Sisan (suas conferências, o Consea e o Caisan) e destacou o papel do sistema de justiça e do poder judiciário. É dever da Defensoria Pública fazer exercer o DHAA. O DHAA é um direito difuso, principalmente no município. O professor exemplificou “Se fico doente, vou ao posto de saúde. Se preciso matricular meu filho, vou à escola mais próxima de casa. Se encontro alguém com fome, o que devo fazer?”. Graziano destacou que quem passa fome não tem organização: não existe sindicato de famintos, ou associação de moradores que passam fome. A fome não é visível. Encontrar as pessoas que têm fome é difícil. Fazer com que essas pessoas exerçam seus direitos é um grande problema que merece a atenção do poder público.

A fala de Graziano também deu destaque aos circuitos de abastecimento municipal, e citou o trabalho de Elisabetta Gioconda Iole Giovanna Recine, presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Neste contexto, destacou: os programas municipais de aquisição de alimentos; a previsão de aquisição de um mínimo de 30% agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae); a necessidade da gestão pública de equipamentos de varejo de alimentos; o apoio às redes de comercialização e feiras livres; os sistemas municipais de inspeção; a assistência técnica e extensão rural; a ampliação da infraestrutura de estradas vicinais; e os programas de agricultura urbana e periurbana.

Com relação à atuação do poder público municipal, Graziano apontou como políticas de enfrentamento da fome nos municípios: os restaurantes populares; o fortalecimento da relação SUS/Suas, lembrando que a assistência social não é só paliativa e que deve haver integração de protocolos entre os dois sistemas; busca ativa para inclusão da população negra, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, mais uma vez apontando que é difícil encontrar quem passa fome; programas de combate ao desperdício; fortalecimento dos bancos de alimentos; ações de educação alimentar e nutricional (EAN), como combate ao consumo excessivo de ultraprocessados e a inclusão de EAN no currículo escolar; trabalhos de diagnóstico municipal sobre a situação de insegurança alimentar; secretarias estaduais e municipais de abastecimento; programas de agricultura urbana e periurbana.

Com relação ao diagnóstico da situação de insegurança alimentar, lembrou que o censo trouxe uma surpresa. Há 12 milhões de brasileiros a menos que o estimado. Houve mudança demográfica considerável desde a última pesquisa. Campinas é um polo de atração. O diagnóstico do município é necessário. Há uma recomendação para que diagnósticos sejam feitos a cada dois anos.

Os conselhos municipais de segurança alimentar e nutricional são a representação de vários segmentos da sociedade. Graziano pontuou que se o conselho funcionar é mais fácil articular, ter ações intersetoriais e efetivamente trabalhar o problema de segurança alimentar.

Graziano frisou o quanto Campinas é privilegiada por ter a Ceasa, do ponto de vista do abastecimento. Destacou que o abastecimento conflita com o tráfego e que há uma questão importante de logística, de como fazer o planejamento para a instalação de pontos de venda em lugares de grande fluxo.

Por fim, Graziano trouxe o que ele chamou de receita de bolo: “O que fazer? Como fazer?”. Ele entende que, para sanar o problema da fome, são necessários, fundamentalmente: programas de transferência de renda para enfrentar a questão do desemprego; políticas de estado/municipais

de segurança alimentar (e.g. merenda escolar, programa de aquisição de alimentos, bancos de alimentos, restaurantes populares, cozinhas e hortas comunitárias, isenção tributária de produtos saudáveis). Graziano afirmou que comunidades de suporte aos agricultores (CSAs), educação alimentar e nutricional, rotulagem frontal nas embalagens dos alimentos e controle de propaganda para crianças foram políticas inovadoras para a segurança alimentar no pós-pandemia.

A fala de Graziano colocou as cidades no papel central nos circuitos curtos de produção/consumo e afirmou que não basta aumentar a produção, mas que ela precisa ser sustentável e saudável, que o foco da mudança vem da política, com consumidores mais organizados. Ele entende que os consumidores são o elo fraco na cadeia da luta a favor do DHAA, particularmente no Brasil, que é vice-campeão de obesidade na América Latina (“perdemos” para a Argentina). Também entende que há necessidade de um plano emergencial contra a fome 2023–2026. Um programa Fome Zero 2.0 que trate não só a fome, mas a obesidade: Fome + Obesidade Zero. Ele conclamou os conselhos municipais de segurança alimentar e nutricional do Brasil a fazerem um mutirão contra a fome nos municípios.

Por último, Graziano ressaltou que as políticas públicas de SAN são coadjuvantes na erradicação da fome. A fome deve ser combatida principalmente com políticas macroeconômicas, como as políticas para geração de emprego, de renda e de aumento do salário mínimo.

Houve um intervalo entre a apresentação da palestra magna e a arguição do palestrante. Nesse momento, Ana Cláudia, secretária-executiva do Comsan Campinas, fez agradecimentos e entregou presentes aos componentes da mesa.

Dag Lima conduziu os questionamentos ao palestrante, e enfatizou que foi um privilégio revisitar o Programa Fome Zero e vislumbrar o estado da arte da luta pelo DHAA através da fala de Graziano.

## Arguição do palestrante

1) Qual sua opinião sobre estoque público de alimentos no contexto de garantia da segurança alimentar?

R: A FAO prevê estoque mínimo dos produtos básicos (produtos agrícolas de oferta sazonal, e.g. arroz, feijão, carnes). Estoque mínimo e não estoque regulador de preços. O estoque regulador de preços é controverso. No caso do feijão, há efeito *buffer*. Mas essa não deve ser uma preocupação do município, é atribuição da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

2) Qual é a importância do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e a necessidade da reforma agrária com relação ao combate à miséria no Brasil, como movimento social e como forma de produção (agroecológica/orgânica)?

R: Graziano disse ter uma longa história com o MST, desde a Encruzilhada Natalina. Afirmou que o MST de hoje não é o mesmo de antes. O MST foi formado por sem-terras, mas hoje o MST tem terra. Na Marcha Nacional a Brasília, o Jornal da Tarde publicou uma foto de um dos líderes do movimento na Esplanada dos Ministérios com a legenda “sem terra mas com celular”. O MST não deu só celular, deu mais. Deu organização aos sem-terra. Graziano disse que nunca viu um sindicato de famintos. Na sua opinião, quando os famintos se organizarem, acaba a fome. Ele aponta que a miséria se urbanizou, muito porque o MST reduziu a miséria no campo. O MST começou como uma organização de parte dos que passavam fome. Hoje o MST é uma organização de cooperativas de pequenos produtores. É o maior produtor de

arroz orgânico do País. A proposta do MST para reforma agrária é baseada em Josué de Castro. As ocupações ajudam a dar visibilidade ao movimento. O MST, em sua opinião, é uma organização social importante. E “tomara que todos os pobres do Brasil se organizem assim como é o MST, assim como a Central Única da Favela (Cufa)”.

- 3) Sobre agricultura urbana e periurbana (AUP), hortas comunitárias e escolares, desertos e pântanos alimentares. Como é possível levar a agricultura para os centros, para as regiões de pântanos e desertos alimentares?

R: Existem limitações para o ordenamento urbano no Brasil. Singapura tem fazendas de produção de alface em prédios de dez andares (com hidroponia e luz solar). Há um custo. A distinção legal entre urbano e rural é por serviços. No entanto, o que de fato ocorre é que tanto urbano quanto rural dependem do que dita o especulador imobiliário de plantão. Para que a AUP seja implantada por quem tem acesso a serviços, i.e. o urbano, deveria haver impedimento ao uso de agrotóxicos, valorizar a franja periférica para valorizar a produção e alimentação saudável, através do aumento do imposto ou da troca do imposto pelo cultivo. É fato que a produção de alimentos deve estar mais próxima dos centros urbanos. É um privilégio ter uma Ceasa. Vários níveis de governo fazem compras de alimentos de forma não organizada, dispersa. Não há um mecanismo de organização de compras. Esse mecanismo deveria garantir a sobrevivência de muitos pequenos produtores. É um problema de abastecimento.

- 4) Sobre controle de preço de alimentos, Campinas tem um custo de vida elevado. Qual é a sua opinião sobre taxar as grandes fortunas para criar renda cidadã?

R: Os ricos precisam pagar impostos. Existem várias formas de escapismo. Não são só as grandes fortunas que devem ser taxadas. O sistema financeiro deve ser taxado. No segundo semestre teremos uma proposta nesse sentido, para o nosso sistema tributário. Dois pontos devem ser destacados: na cesta básica, o que vai ser isento? Haverá alíquota zero para produtos frescos ou minimamente processados. Mas há a questão dos insumos para agropecuária: vamos subsidiar agrotóxicos? A variável que as famílias podem ajustar no orçamento é a alimentação. Temos que dar atenção à reforma tributária. A FAO recomenda a subvenção de produtos saudáveis. Alguns produtos precisam do apoio do poder público para serem consumidos massivamente (frutas, verduras e legumes). O poder público deve auxiliar no processo de criação de hábitos de consumo. A banana tem que ser mais barata que o miojo.

- 5) Sobre infraestrutura, qual é a importância e o que é necessário em equipamentos de SAN? Discorra sobre a relação SUS-Suas? Sem Centros de Referência da Assistência Social (Cras), como podemos garantir segurança alimentar? Como garantir o reconhecimento dos trabalhadores em SAN e assistência social, que na pandemia não foram reconhecidos?

R: Os trabalhos em SAN são fundamentais. Deve haver limite na transferência de fundos públicos para o setor privado. O poder público não pode delegar responsabilidade. Bancos de alimentos são exemplos clássicos. Há um grande problema na doação de alimentos. Quem assume a responsabilidade e quem paga imposto? Muitos possíveis doadores preferiam jogar fora a doar. A Lei do Bom Samaritano transfere a responsabilidade, isenta o doador. O poder público deve estimular a doação de alimentos através de incentivos. Há 125 milhões de pessoas em insegurança alimentar no Brasil. Quase 60% da população brasileira. São necessárias leis para regulamentar a doação. Sobre o SUS e o Suas, em 2003 eram de ministérios diferentes. A criação de Cras e de comitês gestores do Programa Fome Zero foi separada.

Há necessidade de criação de protocolos de interação. Há necessidade de fiscalização social. O SUS deve conversar com os Cras. Quando chega alguém com fome no posto de saúde, qual é protocolo? Qualquer assistente social e qualquer médico que se sentarem juntos produzem um protocolo funcional. Sobre o reconhecimento do trabalho de quem atua em segurança alimentar, Graziano é enfático em aconselhar: “Organizem-se!”.

6) Como o moderador considera que as perguntas sobre industrialização de alimentos, ultraprocessados e EAN foram contemplados, ele questiona: qual caminho devemos seguir para que todos tenhamos comida na mesa?

R: Todas as políticas de SAN são atores coadjuvantes no combate à fome. Não são dispensáveis. Existem atores coadjuvantes que merecem Prêmio Nobel. Bolsa Família, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) são fundamentais para quem recebe, mas não resolvem o problema da fome. Mesmo com o aumento do número de pessoas atendidas e o aumento do valor do Bolsa Família, ele não resolve o problema. O que acaba com a fome são melhores salários, geração de empregos, i.e. políticas macroeconômicas. O aumento do valor do salário mínimo é diretamente proporcional à melhoria dos níveis de segurança alimentar. O salário mínimo brasileiro é de miséria. Mesmo depois do aumento, o nosso salário, em dólar, é o menor se comparado ao de países vizinhos. As importações do agronegócio poderiam gerar melhores salários. Entre os mal remunerados estão os trabalhadores do agro. Há necessidade do combate ao racismo para combater a desigualdade, desigualdade de raça e de gênero.

Moderador e cerimonialista agradeceram ao professor e pediram que as perguntas em aberto fossem encaminhadas por e-mail. Maria Carolina solicitou que as questões referentes ao ISA fossem encaminhadas diretamente ao instituto.

## Regimento interno

A leitura da minuta do Regimento Interno foi feita por Mariana Barão, membro do Comsan Campinas.

Roberto discorreu sobre os procedimentos. Os delegados que porventura tivessem propostas de mudanças do texto deveriam pronunciar-se e fazer o seu destaque ao fim da leitura de cada um dos capítulos do documento.

Os destaques foram votados e o documento aprovado pela plenária está disponível na versão integral do Relatório Final da III Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Campinas, na página da Prefeitura Municipal de Campinas na internet (ver Prefeitura Municipal de Campinas, 2023).

Conforme o Regimento Interno aprovado em plenária, cada eixo da Conferência Municipal tem como meta deliberar até dez propostas, cinco delas para a esfera municipal e até cinco para as esferas estadual e federal. As propostas para as esferas estadual e federal serão encaminhadas para a Conferência Regional, para deliberação e providências descritas em regimento próprio.

Foram encerrados os trabalhos da manhã do dia 2 de agosto e foi servido almoço a todos os inscritos.

## Palestras direcionadoras

Os trabalhos da tarde foram abertos após a apresentação do grupo de capoeira da Sociedade Educativa de Trabalho e Assistência (Seta).

Formou-se a mesa dos palestrantes da sessão: Ana Cláudia da Silva Reis e Emiliano Milanez Graziano da Silva; Carla Cristina Enes; e Osmar Mosca Diz.

Roberto explicou a dinâmica do período, e deu 20 minutos de exposição a cada um dos eixos. As perguntas deveriam ser enviadas à equipe de apoio através de formulário impresso. Cinthia ficou responsável por compilar as perguntas e facilitar a sessão.

Roberto esclareceu dúvidas sobre a condição de delegado da Conferência Municipal e chamou a apresentação dos eixos:

## **Eixo I — Equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional e infraestrutura**

A palestra direcionadora do Eixo I foi proferida por Ana Cláudia da Silva Reis e Emiliano Milanez Graziano da Silva.

Ana Cláudia da Silva Reis é graduada em Nutrição pela Universidade Paulista em 2005 e é especializada em Gestão Pública. Atualmente trabalha no Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional da Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos da Prefeitura Municipal de Campinas e é secretária-executiva da Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan Campinas) e do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Campinas (Comsan Campinas). Tem experiência na área de Nutrição, com ênfase em Segurança Alimentar e Nutricional.

Emiliano Milanez Graziano da Silva é graduado em Engenharia Agrônoma pela Esalq/USP em 1999, tem MBA em Marketing pela FGV/Ohio University, MBA em Gestão de Projetos pela FIA/USP, e é mestre em Sustentabilidade pela FGV em 2021. Atuou nos três setores como gestor de programas de segurança alimentar e mobilização social nas prefeituras de São Paulo e ABC Paulista. Foi responsável pelo departamento de sustentabilidade de uma empresa multinacional e consultor de Comércio Justo, Agroecologia, Permacultura, Agricultura Familiar, Desenvolvimento Sustentável, Segurança Alimentar, Mobilização de Recursos e Sustentabilidade para organizações do Terceiro Setor em âmbito nacional e internacional.

Emiliano fez sua audiodescrição e participou à audiência sua atuação no tema Segurança Alimentar e Nutricional. Ele expressou que a visão do Comsan é de que a política pública deve atingir o município e os municípios, e revisitou a fala de Graziano, de que “não há um sindicato dos famintos”, para justificar a proposta do Conselho de que o cidadão possa recorrer às políticas públicas de SAN nos diversos equipamentos públicos e privados. Emiliano apresentou provocações para o trabalho do Eixo I.

Ana fez sua audiodescrição e descreveu sua atuação como representante do poder público. Ela começou discorrendo sobre o Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional (DSAN) do município. Criado em 2012, o DSAN tem como objetivo principal ser o órgão articulador da política de SAN de Campinas.

Ana enfatizou que a participação no Sisan é feita por adesão, e que Campinas adere. Ela apresentou as atribuições do DSAN nesse contexto. O DSAN é responsável pela secretaria-executiva do Comsan e Caisan Campinas e tem a suplência da presidência da Caisan Campinas. O departamento faz gestão de outros programas e ações de SAN, e.g. Nutrir Campinas, Vivaleite, Programa de Hortas Urbanas, Programa Banco de Alimentos, ações de alimentação e nutrição para os serviços próprios da política de assistência social de Campinas e educação alimentar e nutricional.

Ana apontou que Segurança Alimentar não tem um sistema, como têm a Saúde e a Assistência Social (o SUS e o Suas, respectivamente). Ela listou os equipamentos de SAN em Campinas. Citou como equipamentos de combate ao desperdício: o Banco Municipal de Alimentos de Campinas, o Instituto de Solidariedade para Programas de Alimentação e o Mesa Brasil. No I Plano Municipal de Segurança Alimentar de Campinas (Plamsan), há previsão de estimular a aquisição de alimentos in natura nas campanhas de doação de alimentos e do reequipamento do Banco de Alimentos. Indicou como pontos a serem debatidos a previsão da gestão e de critérios de atendimentos independentes. Afirmou que não há articulação e trabalho em rede, pelo menos não oficialmente. Declarou entender ser necessário estabelecer critérios de organização de uma rede, suas funções, seus fluxos e suas formas de interação através do Sisan.

Com relação a restaurantes populares e ações de distribuição de refeições prontas, ela citou: o Bom Prato, programa estadual implementado através do COF e que distribui 1.800 refeições subsidiadas por dia; o Bom Prato Móvel, também estadual, que distribui 300 refeições por dia; a ação da Prefeitura Municipal de Campinas de refeição pronta transportada, que distribui 23.000 refeições mensais; e também a ação da prefeitura de refeição pronta para voluntários, que não tem quantitativo estimado. O Plamsan faz previsão de implantação de um restaurante por região até 2024. Após a redação do plano houve a implantação do Bom Prato. Ana pediu ao público que pensasse sobre alternativas possíveis de fazer até 2024 e metas futuras. Há uma proposta de *dark kitchen*. Sobre cozinhas comunitárias ou solidárias, Campinas não dispõe de cozinhas públicas. Há iniciativas da sociedade civil, mas elas não estão totalmente mapeadas.

Ana ainda discorreu sobre os programas de acesso a alimentos geridos pela prefeitura: o Nutrir Campinas, em suas versões temporária e emergencial, atende 6 mil e 400 famílias, respectivamente. O Plamsan prevê ações continuadas de EAN para o público atendido. Essas ações não atingem todo o público previsto. No plano também há previsão de ampliação do número de atendidos até o alcance da totalidade dos elegíveis.

Outro programa de acesso a alimentos citado por Ana foi o Projeto Estadual do Leite Vivaleite. Existe um convênio para a gestão municipal deste programa e ele atende 2.700 crianças (uma criança por família). Há um engessamento do programa por problemas de logística. O Plamsan prevê a ampliação dos pontos de distribuição e a regularização das normas para regulamentar a atuação dos Cras e das OSCs no programa.

Ana enumerou, ainda, outros equipamentos públicos que atuam em SAN: saúde; abastecimento; assistência social; educação; esporte e lazer; trabalho; ciência e tecnologia; cultura.

Ana e Emiliano concluíram dizendo que é premente fazer o mapeamento dos equipamentos de SAN e seu reconhecimento como tal, e que o Sisan deveria promover a organização e a forma de interação entre eles. O Plamsan ainda prevê: um centro de referência em EAN; um observatório de SAN; legislação sobre a comercialização de produtos ultraprocessados, etc. Ana citou Mafra e Naves, dizendo que a solução de problemas de SAN “não pode esperar o tempo e a lógica do Estado” (Mafra; Naves, 2009).

## **Eixo II — Consumo e saúde**

Carla Cristina Enes ministrou a palestra direcionadora do Eixo II. Ela é membro do corpo docente permanente do Programa de Pós-graduação stricto sensu em Ciências da Saúde na linha de pesquisa Envelhecimento, doenças e agravos à saúde. Professora da Faculdade de Nutrição da PUC-Campinas em regime de 40 horas, ela desenvolve atividades de ensino e pesquisa.

Atualmente é coordenadora do Programa de Pós-graduação stricto sensu em Ciências da Saúde da PUC-Campinas. Foi membro titular do Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-Campinas no período de 2013–2022. É graduada em Nutrição pela Universidade Federal de Viçosa (2002), mestre em Ciências pela Universidade de São Paulo (2006) e doutora em Saúde Pública (área de concentração Nutrição) pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (2010). Foi bolsista de Desenvolvimento Científico e Tecnológico nível II do CNPq no período de 2010 a 2011. Tem experiência na área de Saúde Coletiva, com ênfase em Nutrição, e atua principalmente nos seguintes temas: epidemiologia nutricional, análise nutricional de populações, determinantes do estado nutricional. Atualmente é revisora dos periódicos *International Journal of Public Health*, *PlosOne*, *PlosOne Medicine*, *Public Health Nutrition*, *Nutrients*, *Cadernos de Saúde Pública*, *Revista Brasileira de Epidemiologia*, *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, *Revista de Nutrição*, *Revista Epidemiologia e Serviços de Saúde*. É membro do corpo editorial da *Revista de Nutrição*.

Carla fez sua audiodescrição e apresentou sua formação e atuação em Segurança Alimentar. Apontou os estudos de políticas fiscais para melhorar a oferta de produtos do gênero alimentício saudável. Tratou do consumo de alimentos ultraprocessados e dos problemas que podem representar à saúde, especialmente com relação a jovens e crianças. Retomou os dados apresentados por Graziano sobre obesidade: 60% dos adultos brasileiros têm excesso de peso; e estão obesos 1 a cada 4 adultos, 1 a cada 5 adolescentes e 1 a cada 3 crianças.

Obesidade é um importante fator de risco para outras condições crônicas, e.g.: diabetes tipo 2; doenças cardio e cerebrovasculares; alguns tipos de câncer; desordens musculoesqueléticas; doenças renais. A obesidade também tem impacto econômico e Carla citou alguns exemplos: são estimados perda de produtividade e impacto econômico global por motivo de morte prematura da ordem de US\$ 47 trilhões entre 2011 e 2030; custos diretos de saúde e perda de produtividade representam cerca de US\$ 2 trilhões anuais; até 2030, a diabetes custará à economia global US\$ 745 bilhões.

Carla advogou que responsabilidade pessoal não é suficiente. Para mudar os determinantes ambientais e sociais, são necessárias intervenções que dependem menos de escolhas saudáveis individuais e mais de alterar padrões. Promover alimentação saudável envolve mais que a escolha de alimentos adequados. Envolve, por exemplo, a defesa da biodiversidade de espécies e o reconhecimento da herança cultural e do valor histórico do alimento.

Nesse contexto, políticas públicas de promoção da alimentação adequada e saudável são extremamente importantes. Carla exemplificou: políticas de promoção da amamentação; incentivos agrícolas e econômicos para alimentos saudáveis; desincentivo ao consumo de alimentos não saudáveis; reformulação de alimentos (sal, açúcar, gordura trans); restrição à publicidade de alimentos não saudáveis; rótulos com mensagens visuais simples. Essas ações dependem de apoio legislativo e regulatório.

Ela comentou sobre o programa Primeira Infância Campineira. Ações de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno e à alimentação saudável exigem capacitação de profissionais na ponta, para seu fortalecimento.

A respeito de tributos sobre alimentos, ela argumentou que falta política tributária que favoreça os alimentos orgânicos e agroecológicos. Pequenos produtores não conseguem compensar os impostos ao longo da cadeia; alimentos ultraprocessados têm o mesmo tratamento tributário que arroz e feijão; muitos ultraprocessados recebem alíquota zero para IPI e PIS/Cofins (por exemplo, refrigerante tem alíquota de IPI muita baixa, e a mesma carga tributária da água mineral).

Carla enfatizou que estamos em um momento de discussão da reforma tributária e explicou o ciclo que facilita o acesso ao ultraprocessado. Há crescente incentivo à produção de commodities. Esse incentivo causa a diminuição da quantidade de terras dedicadas à produção de alimentos variados e saudáveis. Sem políticas públicas, os preços dessa alimentação saudável e variada aumentam. A indústria de alimentos ultraprocessados é beneficiada com incentivos.

Carla apresentou uma série temporal com comparação de plantações de commodities e alimentos voltados para o consumo interno. Retomou que a consequência de incentivar a produção de commodities é a queda de preço de ultraprocessados e o aumento de preço de produtos saudáveis, i.e. o incentivo a padrões alimentares não saudáveis. Existe previsão para a criação de Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) sobre a comercialização e importação de refrigerantes e bebidas açucaradas, atualmente em tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Sobre a nova rotulagem frontal de alimentos, Carla argumentou que ela facilita a compreensão das informações nutricionais pelo consumidor, para que seja possível fazer comparações entre produtos e reduzir situações que geram engano.

Em suas considerações para políticas públicas em âmbito municipal, Carla propôs pensar sobre: o Programa Saúde na Escola (PSE), que tem ações de promoção de saúde, prevenção de doenças e acompanhamento de condições crônicas; proposição de ambientes alimentares mais saudáveis, como a atuação do Rio de Janeiro ao sancionar lei que proíbe alimentos e bebidas ultraprocessados em escolas; a previsão de profissional da nutrição em todo Núcleo de Apoio à Saúde da Família (Nasf); o uso do Sisvan na implementação de políticas públicas, não somente pelos dados antropométricos, mas também pelos dados de consumo; a Academia da Saúde e como ela estimula mudança de estilos de vida. Existem vários programas sendo executados e previstos, e é necessária a sua sistematização, coordenação, articulação, fortalecimento e ampliação. Os desafios são grandes. A sociedade civil deve estar envolvida. Os ganhos são muitos e em muitos aspectos: melhoria de saúde, questões ambientais, etc.

### **Eixo III — Produção agrícola rural e urbana**

Osmar Mosca Diz ministrou a palestra direcionadora do eixo de produção agrícola rural e urbana. Osmar é engenheiro agrônomo formado em 1992 pela Escola Superior de Agricultura de Lavras, MG. Em 2002, obteve seu título de mestre em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Foi extensionista rural no município de São Domingos, SC, tendo sido funcionário da prefeitura municipal e posteriormente ingressado, via concurso público, na Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (Epagri) de Santa Catarina. Atualmente trabalha na Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati), órgão de extensão rural da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA), e atua nas áreas de apoio aos povos tradicionais, educação ambiental, hortas educativas, metodologias participativas de extensão rural, projetos agrícolas, meliponicultura (criação de abelhas nativas sem ferrão), proteção e preservação de nascentes, entre outras áreas.

Osmar agradeceu a oportunidade de estar na Conferência e fez sua audiodescrição. Enalteceu os demais palestrantes, em especial o professor Graziano.

Ele questionou à audiência: “sustentamos estômagos ou bolsos?”. Perguntou: “qual o exemplo que damos às crianças quando sentamos à mesa?”. Para ele, comer é um ato social e político e, do seu ponto de vista, não há como deixar de incluir EAN nas escolas.

Osmar falou do trabalho nas hortas escolares e da lei municipal do ora-pro-nobis nas escolas (nota de rodapé Lei nº 16.390, de 16 de maio de 2023). Argumentou que os eixos estão interligados e que essa conexão ocorre em grande parte pela EAN.

Osmar retomou a definição de Segurança Alimentar e Nutricional dada mais cedo por Graziano. Afirmou que os subsídios à alimentação saudável são necessários. Citou Karen Primavesi, filha de Ana Primavesi, que escreveu sobre a importância dos alimentos orgânicos para a saúde física e emocional.

Enfatizou a importância das plantas alimentícias não convencionais (pancs), sua divulgação e voltou a falar da importância da educação alimentar “a serviço da vida”. Defendeu que a EAN é importante, porque: oferece critérios de escolha sobre o que comer; fortalece o consumo solidário e consciente; valoriza alimentos oriundos de sistemas de produção agroecológicos e produção local (alimentos frescos, com menor custo de transporte, a preços mais baixos) e o consumo de produtos da estação; diminui o desperdício; e elimina o uso de embalagens (lixo e desperdício zero). “A educação transforma as pessoas e as pessoas transformam o mundo” (Freire, 1996). Afirmou que ninguém transforma o que não conhece.

Osmar enalteceu as hortas escolares, as hortas em equipamentos da saúde e as feiras de produtores (em especial, feiras de produtos orgânicos). Citou os números de propriedades rurais no município de Campinas: são 600 propriedades rurais, que perfazem entre 40% e 45% do território, mas poucas têm certificação orgânica.

Disse que é necessário formar consumidores responsáveis e que o poder público deve privilegiar compras de produtores agroecológicos/orgânicos; que deve haver um diagnóstico do que é produzido e do que é consumido no município, para indicar onde o poder público deve intervir. Ele acredita ser importante criar e fortalecer redes de produtores.

Osmar citou dados de desperdício: 30% do que se compra em hortifrutis é jogado no lixo. Comentou sobre as externalidades da saúde. Falou da necessidade de tratar saúde única através de um pensamento sistêmico. Para ele, a sustentabilidade é relacional: produtores, consumidores e o alimento em si; a sustentabilidade está nas relações entre esses atores; e o caminho da sustentabilidade passa pela roça e a cidade. Se a roça não planta, a cidade não janta.

O palestrante indicou alguns pontos que acredita serem importantes para este eixo: parcerias entre instituições (prefeitura, Cati, escolas, associações comunitárias, etc.); implementação de unidades demonstrativas e bancos de sementes e mudas; participação em feiras de trocas de sementes e mudas; dias de campo; mutirões; oficinas de estudo e reconhecimento das hortaliças; preparo de receitas populares e degustações; cooperativa de consumidores; hortas escolares e hortas comunitárias; roçados comunitários; e fornecedores de alimentos para comunidades vulneráveis e escolas; programas governamentais de compra direta; incentivo às feiras agroecológicas e solidárias em todos os bairros; incentivo à produção orgânica de alimentos, à agroecologia, e à implantação de sistemas agroflorestais (SAFs).

Ele afirmou acreditar que o caminho para a produção agrícola urbana e rural é proporcionar renda e educação.

## **Arguição dos palestrantes**

Cynthia Cazarin, como facilitadora da sessão, explicou que o objetivo das apresentações do período da tarde era esclarecer dúvidas sobre cada um dos eixos. Ela agradeceu os palestrantes e expôs

que houve uma seleção de perguntas como consequência da limitação de tempo. Indicou que, no dia seguinte, 3 de agosto, aconteceriam discussões mais aprofundadas focadas nos temas específicos dos eixos, em grupos menores, separados. Renata esclareceu que algumas questões pessoais deveriam ser tratadas em outro palco.

1) Sobre dietas enterais, o município não as oferece. Existe projeto?

Renata respondeu que existe o início de uma tratativa com a Secretaria de Saúde. A Conferência é palco para esse tipo de demanda. A dieta enteral também faz parte do trabalho em Segurança Alimentar, para tratamento de condições crônicas não transmissíveis.

2) Para Carla: um dos elos mais frágeis da alimentação escolar é a permissão de venda de ultraprocessados. Quais ações exitosas você poderia citar para melhorar a oferta de alimentos saudáveis, considerando as dificuldades da legislação estadual? Como você enxerga a EAN nas escolas? Existe articulação entre as secretarias para EAN?

Grande parte das soluções é legislativa e regulatória. Outros estados, como Piauí e Santa Catarina, estão mais adiantados no tema. O ambiente escolar é propício para educação alimentar. Não é local para ter alimentos prejudiciais à saúde das crianças. Como os ultraprocessados são amplamente difundidos, reverter a situação é muito difícil, mas não podemos ser pessimistas. O trabalho tem que ser na não introdução desses alimentos em uma janela de idade na qual as crianças estão propensas a formar seus hábitos alimentares.

No entanto, a proibição não resolve o problema sozinha. Outras ações são necessárias. Dar meios para comer melhor. Trabalhar com a família. É premente a educação alimentar familiar, pois as crianças não têm autonomia para comprar alimento. Deve haver o envolvimento e o comprometimento familiar.

Um primeiro passo é sim a proibição. Mas depois vêm as ações de EAN. Outras ações necessárias são medidas regulatórias, tributárias, como o incentivo à produção de alimentos saudáveis, e políticas públicas para o pequeno produtor.

É necessário pensar em uma lei municipal para o ambiente escolar. Não é o objetivo cercear o direito de escolha. É pensar se a criança tem consciência para escolher. Eles não conhecem ainda os malefícios do consumo de ultraprocessados para a sua saúde.

3) A Secretaria de Saúde da PMC tem previsão de ter nutricionistas nos equipamentos?

Renata respondeu: Equipamentos privados, como universidades com sede no município, levam nutricionistas para a saúde pública.

4) Sobre restaurante popular centralizado: a passagem é mais cara que a refeição. Por que não pensar em restaurantes nos bairros?

Cinthia respondeu: É um tema para discutir no eixo de infraestrutura. Há novos dados.

Ana respondeu: Existe uma forte questão orçamentária.

Emiliano respondeu: A saúde pública deve ser investimento. Um restaurante de refeição pronta, com insumos de agricultura familiar, de circuito curto, produzindo renda. Alimentação mais saudável é caro para quem? E que tipo de restaurante popular queremos?

Ana replicou ser absolutamente a favor de restaurantes populares. No entanto, enfatizou que temos que pensar em soluções mais rápidas e baratas, como cozinhas comunitárias. Voltou a

afirmar que é caro, mas que não temos que desistir e, ao mesmo tempo, devemos pensar em soluções que atendam mais prontamente às necessidades urgentes da população.

Cynthia fechou a sessão de questionamentos e reforçou esperar que todos entendessem o quanto é importante trabalhar o eixo de equipamentos e infraestrutura, que estava com baixo número de inscrições até o momento.

Maria Carolina pediu a palavra e explicou que quando o profissional da saúde está em um Cras, alcançando a ponta, fazendo a diferença para a população junto à qual atua, o seu interesse é discutir equipamentos e infraestrutura.

Roberto deu espaço de fala para os palestrantes que não foram contemplados com perguntas. Osmar conclamou a participação de todos nos trabalhos dos eixos no próximo dia e fez um apelo à visão sistêmica do problema.

Carla agradeceu a oportunidade de participar e disse esperar que as falas do dia pudessem subsidiar os trabalhos do dia seguinte. Enfatizou que a sociedade civil tem força grande e que essa força precisa ser organizada. Disse esperar também a implementação das propostas que sairão dos eixos.

Roberto terminou o dia apresentando o cronograma do próximo dia. Agradeceu a todos os palestrantes e encerrou a sessão.

## Introdução ao trabalho dos eixos

O segundo dia da Conferência começou com uma interrupção da energia elétrica. No entanto, os trabalhos foram iniciados no horário previsto, com a apresentação do Coral Jovem do Instituto Anelo, regido por Julia Toledo e acompanhado por Lucas Uriade, à luz dos celulares dos presentes, que, a capela, cantaram Cajuína, de Caetano Veloso, e Estranho Natural, de Maria Gadú. Após o retorno da energia, Julia agradeceu o convite e Lucas tomou seu lugar ao teclado. Junto com os jovens, executaram Aonde Quer Que Eu Vá, dos Paralamas do Sucesso.

Ao fim da apresentação cultural, Roberto lembrou aos delegados a obrigatoriedade da assinatura das listas de presença para participação das discussões nos eixos, e pediu que os candidatos a delegado da edição regional da Conferência fizessem suas inscrições preenchendo o formulário de candidatura.

Moções deveriam ser apresentadas através de formulário e obter assinatura de 10% dos presentes na plenária da tarde, estimada em algo em torno de 20 assinaturas.

Roberto indicou aos presentes as salas onde seriam conduzidas as discussões e desejou bons trabalhos aos eixos.

## Discussões nos eixos

Os trabalhos foram organizados seguindo os eixos descritos nos Atos Normativos da Conferência. Posteriormente à publicação da Comissão Organizadora e ao Chamamento Público à Conferência, foram lançados os documentos orientadores da Conferência Nacional e, subsequentemente, da Conferência Estadual.

Para conhecimento, a Conferência Nacional está organizada em torno do lema “Erradicar a fome e garantir direitos com comida de verdade, democracia e equidade”. O objetivo geral da Conferência Nacional, descrito em seu caderno de orientações, é

fortalecer os compromissos políticos com a democracia, com a erradicação da fome com comida de verdade e com o direito humano à alimentação adequada, por meio de sistemas alimentares justos, antirracistas, antipatriarcais, sustentáveis, promotores de saúde e da soberania e segurança alimentar e nutricional (Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2023).

As discussões da Conferência Nacional serão conduzidas em três eixos:

- Eixo Nacional I — Determinantes estruturais e macrodesafios para a soberania e segurança alimentar e nutricional;
- Eixo Nacional II — Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e políticas públicas garantidoras do direito humano à alimentação;
- Eixo Nacional III — Democracia e participação social.

A Comissão Organizadora desta Conferência entendeu ser possível atender os objetivos específicos de cada um dos eixos nacionais através dos eixos de discussão da Conferência Municipal da seguinte maneira:

- 1) Os eixos II (Consumo e Saúde) e III (Produção agrícola rural e urbana) da Conferência Municipal estão profundamente ligados ao Eixo Nacional I. Eles contribuem para “analisar os determinantes estruturais da(s) fome(s) e de todas as formas de má-nutrição e propor diretrizes e prioridades para que o Estado brasileiro atue na direção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional – SSAN, em âmbito nacional e internacional”. Trabalhando estratégias para implementação de programas como o de Agricultura Urbana e Periurbana de Campinas, é possível trabalhar ações para alcançar o objetivo específico da Conferência Nacional, de

superação das desigualdades estruturais, dos racismos e todas as formas de discriminação que permeiam os sistemas alimentares desde a perspectiva das mulheres, povos indígenas, população negra, quilombolas, povos e comunidades tradicionais, pessoas com deficiência, população LGBTQIA+, e demais grupos historicamente excluídos (Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2023).

É possível “propor caminhos para um desenvolvimento socioeconômico sustentável, solidário e justo que contribua para a erradicação definitiva da fome e todas as formas de má-nutrição com comida de verdade”.

- 2) O Eixo I — Equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional e Infraestrutura — da Conferência Municipal pode ajudar no

diagnóstico situacional da implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Sisan, das políticas, programas e ações de SAN em âmbito municipal, estadual e nacional, e propor diretrizes e prioridades para o 3º Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e para fortalecer a adesão, o cofinanciamento, a pactuação, a articulação e a gestão intersetorial e federativa do Sisan e das políticas públicas garantidoras do Direito Humano à Alimentação

Adequada – DHAA a todas as pessoas (Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2023).

E portanto está intimamente relacionado ao Eixo Nacional II — Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e Políticas Públicas garantidoras do direito humano à alimentação.

3) A discussão das estratégias de EAN devem permear todos os três eixos da Conferência Municipal, atendendo também o objetivo específico do Eixo Nacional II, “formação permanente de gestores, trabalhadoras e trabalhadores e de integrantes do controle social em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional – SSAN e sobre o DHAA em processos dialógicos e participativos”.

4) Todos os três eixos desta Conferência Municipal terão a preocupação de promover

o compromisso dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário nas três esferas federativas para o fortalecimento e democratização do Sisan, inclusive para a criação de instrumentos de exigibilidade do DHAA, no contexto das políticas públicas;

definir mecanismos para ampliar a participação e o controle social no Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Sisan para a formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas garantidoras da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional – SSAN;

acolher e potencializar as contribuições dos diversos segmentos sociais representados na 6ª Conferência Nacional de SAN sobre estratégias de enraizamento e territorialização da participação social na gestão das políticas públicas e iniciativas do poder público em âmbito Municipal, Estadual e Federal;

propor estratégias de comunicação e mobilização da sociedade para fortalecer o pacto social pela Democracia como pilar da SSAN e do Direito Humano à Alimentação Adequada construídos com a força das lutas e o protagonismo dos sujeitos de direito e dos seus territórios, no âmbito nacional e global (Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2023).

Os relatos específicos da discussão em cada um dos eixos da Conferência Municipal são apresentados na versão integral do Relatório Final da III Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Campinas, na página da Prefeitura Municipal de Campinas na internet (ver Prefeitura Municipal de Campinas, 2023).

## Plenária

Os trabalhos da tarde começaram com uma apresentação de hip-hop da Associação Anhumas Quero-Quero. Lenira Poccia Mengardo, assistente social de uma das três unidades da instituição, apresentou o trabalho desenvolvido pela organização da sociedade civil (OSC). Logo após a apresentação, a mesa foi composta com: Leonardo Duarte Bastos, Mariana Barão e Renata Elisa Faustino de Almeida Marques.

Leonardo fez sua audiodescrição e explicou a dinâmica da avaliação das propostas pela plenária. Ele procedeu à leitura das propostas do Eixo II — Consumo e Saúde para o Município, para apreciação.

Cabe esclarecer que, para organizar o texto deste Relatório, foram suprimidas do relato as propostas aprovadas sem destaque. São apresentados somente pedidos de esclarecimentos, alterações e/

ou supressões. Todas as propostas aprovadas serão posteriormente apresentadas com a redação acordada em plenária.

## **Eixo II — Consumo e saúde**

Houve um pedido de esclarecimento sobre a criação de um sistema de informações citado em uma proposta. A demandante entendia que o sistema já estava implementado na forma do Sisvan. Como resposta, a mediadora do eixo respondeu que seria uma integração de dados de coletas feitas em nível municipal, por diferentes secretarias, que estão dispersos. Após o esclarecimento, houve um pedido de destaque: o fortalecimento do Sisvan, liberando acesso do sistema para outras pastas, como Educação e Assistência, em vez da criação de um novo. O destaque foi aceito.

No contexto regional, houve pedido de destaque, por mais de uma pessoa, na proposta que versava sobre desestímulo ao consumo de ultraprocessados. Formou-se uma comissão para fazer a revisão. A redação final ficou “Proibir a comercialização e publicidade de alimentos ultraprocessados em cantinas escolares (públicas e particulares) e promover campanhas de EAN”.

Houve pedidos de destaque para a proposta que versava sobre distribuição e/ou doação de cestas verdes e trocas verdes, como troca de material reciclável por frutas, verduras e legumes. A redação final apontou para a preferência por itens da agricultura familiar.

Sobre a inserção de nutricionistas nas escolas, houve pedido de destaque para a questão da atuação do profissional como professor. Foi esclarecido que nutricionistas podem atuar como professores através da formação em Licenciatura. A Plenária entendeu que um professor nutricionista, com disciplina específica, apesar de importante, pode ser dispensável, pois a EAN é transversal e pode ser trabalhada em outros espaços da escola, sob tutela de um nutricionista multiplicador.

Houve pedido de destaque na proposta sobre a realização de ações de EAN em equipamentos de saúde e educação, que foi alterada para seguir os princípios do Marco de Referência de EAN para as Políticas Públicas.

## **Eixo I — Equipamentos e infraestrutura**

Foram lidas as propostas, em nível municipal, do Eixo I — Equipamentos e infraestrutura. Sobre a criação de uma Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, foi pedido destaque para que essa secretaria envolva, além de SAN, Agricultura e Abastecimento. Foi aprovado por contraste o enfoque na Agricultura, mas não no Abastecimento.

Sobre o cofinanciamento público privado do ISA, houve pedido de supressão e pedido de esclarecimentos sobre o que implica cofinanciamento, o qual foi atendido pelo Roberto. A proposta foi suprimida por contraste, com oito abstenções.

Foram sugeridas correções de texto, sem alteração de objetivo das propostas, que foram acatadas pela Plenária.

Deu-se prosseguimento à leitura das propostas para a etapa regional. Houve pedido de destaque sobre a questão da criação de armazéns solidários, proposta que foi desmembrada em duas: a criação de armazéns foi levada ao nível municipal; o subsídio por instâncias estaduais e federais continuou relacionado na seleção de propostas a serem encaminhadas à etapa regional da Conferência.

## Eixo III — Produção agrícola rural e urbana

Seguindo a aprovação das propostas do Eixo I, foi iniciada a leitura das propostas do Eixo III. Não houve destaques às propostas apresentadas em nível municipal. Houve um pedido de destaque nas propostas para a edição regional da Conferência, na questão que solicitava que o tempo de trabalho do agricultor urbano fosse reconhecido para fins previdenciários “pela União”.

## Propostas aprovadas na III Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Campinas

Propostas prioritárias aprovadas para o município, por eixo.

### Eixo I — Equipamentos e infraestrutura

- 1) Criação imediata da Secretaria Municipal de SAN e Agricultura, com estrutura, logística, orçamento e pessoal específico, com articulações e efetivações dos equipamentos já existentes, por concurso público, pensando em uma política descentralizada (aprovada por contraste, com três abstenções).
- 2) Nutrir: atualização dos valores e da distribuição fundo a fundo, abrangência de mais lugares de acesso. Atualização dos valores de referência apontadas no Decreto Municipal nº 18.973, de 11 de janeiro de 2016, para a seguinte redação: art. 4º 147 Ufics ou ½ SM<sup>3</sup>; art. 2º, IV: 147 Ufics ou ½ SM, V: 73 Ufics ou ½ SM; e art. 3º, 1º parágrafo do art. 9º da lei municipal (de BEM) nº 16.334/22. Permanência do BPC enquanto benefício, não computado para cálculo de renda.  
  
Ampliação de cotas do Nutrir Campinas e Nutrir Emergencial. O segundo é enviado em cotas para Cras<sup>4</sup> e DAS<sup>5</sup>, de acordo com a população territorial, sem possibilidade de recusa na entrega, a qual deve ser feita a critério técnico (aprovada sem destaque).
- 3) Equipamentos de SAN em território público e da sociedade civil, com descentralização do atendimento, possibilidade de uso de espaços existentes ou construídos pela política e espaços móveis, como as instituições que oferecem diversos serviços (aprovada por contraste).
- 4) Implementação imediata de cozinhas comunitárias em microterritórios com projetos de geração de renda (aprovada por contraste, com uma abstenção).
- 5) Criação de armazéns solidários que vendem a preço de custo nas cinco regiões administrativas (aprovada por contraste, com uma abstenção).

### Eixo II — Consumo e saúde

- 1) Ampliar e introduzir equipe multidisciplinar (nutricionistas, psicólogos, profissionais de educação física, entre outros) nas UBS<sup>6</sup> e escolas para proporcionar prevenção, tratamento mais efetivo e sustentabilidade (aprovada sem destaque).

<sup>3</sup> Ufic: Unidade fiscal de Campinas; SM: Salário mínimo.

<sup>4</sup> Cras: Centro de Referência da Assistência Social.

<sup>5</sup> DAS: Distrito de Assistência Social.

<sup>6</sup> UBS: Unidade Básica de Saúde.

- 2) Garantir que todos os pacientes e serviços que precisam de dietas enterais e orais sejam contemplados de acordo com as necessidades nutricionais e clínicas, para todas as faixas etárias e fases da vida (aprovada sem destaque).
- 3) Criar programa que atenda crianças e adolescentes com necessidades alimentares especiais nas escolas (por exemplo: glúten, lactose, diabetes), com equipe capacitada para auxiliar as crianças (aprovada sem destaque).
- 4) Fortalecer o Sisvan, liberando acesso para outras políticas, como Educação e Assistência Social, nos moldes do que tem sido feito com o Sisnov (aprovada por 35 votos contra 33, com 3 abstenções).
- 5) Criar uma coordenadoria municipal de nutrição, na Secretaria de Saúde, com ações de incentivo e fortalecimento de políticas para aleitamento materno, oferta de dieta enteral, alimentação para pessoas vulneráveis, ampliação da academia de saúde e intersetorialidade municipal (aprovada sem destaque).

### **Eixo III — Produção agrícola rural e urbana (aprovadas sem destaque)**

- 1) Garantir que recursos do orçamento municipal sejam direcionados aos pequenos agricultores:
  - Garantia de apoio para fornecimento de insumos e materiais aos produtores rurais e urbanos (kit para agricultores);
  - Que os recursos de pagamento por serviços ambientais (PSA) sejam direcionados aos pequenos agricultores;
  - Alocação adequada dos recursos para cumprimento da lei nº 16.183/2021, publicando seu decreto regulamentador.
- 2) Promover programas de educação para segurança alimentar e nutricional através de:
  - Estabelecimento de componentes curriculares obrigatórios de ensino e programas de educação da agricultura agroecológica, Farmácia Viva, economia circular e alimentação saudável nos equipamentos das políticas públicas municipais;
  - Celebração de convênios com universidades, escolas técnicas e escolas estaduais para a formação e capacitação (como cursos técnicos de agropecuária), prezando pela agroecologia e produção agroflorestal.
- 3) Criar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) Municipal, para integrar e dar subsídio aos equipamentos públicos municipais que adquirem alimentos e às cozinhas comunitárias de iniciativa governamental ou da sociedade civil, pela aquisição de alimentos da agricultura local.
- 4) Revogar a lei complementar nº 207/2018, que expande a área urbana para a área rural em Campinas, com o objetivo de barrar o avanço da especulação imobiliária, ampliando mecanismos de proteção ao pequeno agricultor com apoio da prefeitura e articulação intersetorial. Incluir no novo plano diretor o tema da segurança alimentar e nutricional e agricultura.
- 5) Criar o Observatório de Segurança Alimentar e Nutricional e Agrícola em Campinas, para formação e fundamentação das propostas, incluindo o monitoramento de resíduos de agrotóxicos em alimentos comercializados no município.

## Propostas prioritárias para a etapa regional, por eixo

### Eixo I — Equipamentos e infraestrutura

- 1) Criação imediata de pelo menos um restaurante popular em cada município e, nos municípios com mais de 500 mil habitantes, de pelo menos cinco restaurantes populares (aprovada sem destaque).
- 2) Orçamento próprio com rubrica para PMSAN<sup>7</sup> vinda da esfera federal (aprovada sem destaque).
- 3) Pedido de revisão de lei para o Vivaleite, para contemplar a definição das demandas atuais, quais sejam: aquisição de leite UHT (*ultra-high temperature*), ampliação do programa para atendimento de idosos (60 mais), bem como a previsão de possibilitar a entrega por equipamentos públicos e cofinanciados, nos termos da lei (aprovada sem destaque).
- 4) Subsídio à implementação de armazéns solidários, com 50% de subsídio do estado e 50%, da União (aprovada por contraste).
- 5) Repasse de verba fundo a fundo para equipamentos de combate ao desperdício e à fome pelos governos estadual e federal (aprovada sem destaque).

### Eixo II — Consumo e saúde

- 1) Criar política de acesso à fórmula infantil para bebês com até um ano, para crianças sem aleitamento materno (junto com ações de promoção e EAN de aleitamento materno) (aprovada sem destaque).
- 2) Proibir a comercialização e publicidade de alimentos ultraprocessados em cantinas escolares (públicas e particulares) e promover campanhas de EAN (aprovada com 66 votos contra 41).
- 3) Criar programa de distribuição e/ou doação de cestas verdes (FVL<sup>8</sup>), dando preferência a agricultura familiar e hortas comunitárias, e troca verde (resíduo/material reciclável por FVL, hortifrutigranjeiros e cogumelos) (aprovada por contraste com uma abstenção).
- 4) Inserir nutricionista nas escolas municipais e estaduais (como professor e/ou multiplicador para capacitação de outros profissionais), e incluir EAN no currículo escolar (infantil, fundamental e médio), com profissional nutricionista como responsável pela disciplina (aprovada com 40 votos contra 33 e 21 – nos dois pedidos de destaque concorrentes – e 2 abstenções).
- 5) Realizar, no mínimo, quatro ações anuais de educação alimentar e nutricional seguindo os princípios do Marco de Referência de EAN para as Políticas Públicas nas UBS e escolas (programa Saúde na Escola), com temas referentes e relevantes em nutrição, saúde, prevenção, sustentabilidade e meio ambiente, com estímulo ao consumo de alimentos in natura ou minimamente processados (FLV e cogumelos), com alimentos de agricultura familiar e agroecológicos incorporados aos cardápios públicos (aprovada por contraste com cinco abstenções).

<sup>7</sup> PMSAN: Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

<sup>8</sup> FVL: Folhas, verduras e legumes.

### **Eixo III — Produção agrícola rural e urbana**

- 1) Garantir que os programas de agricultura sustentável resiliente sejam considerados nos planos de contingência, para reagir a catástrofes e crises nacionais e globais, incluindo inovações como o treinamento de culturas resistentes às alterações climáticas, técnicas de produção de proteínas de folhas, preservação da biodiversidade (aprovada sem destaque).
- 2) Isentar tributos e contribuições de agricultores familiares (aprovada sem destaque).
- 3) Garantir que a União reconheça a produção de alimentos da agricultura familiar rural e comunitária urbana para a formalização dos trabalhadores na categoria de agricultor para fins da previdência social e outras políticas (aprovada por contraste com três abstenções).
- 4) Garantir orçamento específico para agricultura rural e urbana familiar e comunitária (estadual/federal) (aprovada sem destaque).

### **Moções aprovadas pela Plenária da Conferência**

As moções aprovadas por maioria simples na Plenária serão encaminhadas às instâncias a que se direcionam pelo Comsan Campinas, e estão disponíveis na versão completa do Relatório (ver Prefeitura Municipal de Campinas, 2023).

### **Candidatura de delegados para a conferência regional**

A candidatura de delegados para a conferência regional foi registrada através de formulário disponibilizado durante a assinatura da lista de presença do segundo dia da Conferência (Anexo II). Foi atingindo um número de 18 candidatos da sociedade civil e 18 candidatos do poder público, deferidas segundo critérios definidos no Regimento. Todos os representantes da sociedade civil foram contemplados. Houve necessidade de eleição de representantes do poder público para respeitar a proporcionalidade de dois para um. Segue a lista dos delegados eleitos.

Delegados eleitos representantes da sociedade civil

1. Carma Iolanda Rodrigues
2. Domis Vieira Lopes
3. Edileuza Maria de Barros
4. Eliana Aparecida Alencar
5. Fabiana Cristina Zacarias Gomes
6. Fátima Alzira Lopes dos Santos
7. José Carlos Pereira
8. Juana Maria Huísa Martinez
9. Juarez Bispo Mateus
10. Maia Regina Teodoro
11. Márcia Cristina de Oliveira
12. Maria Carolina Loureiro Becaro
13. Maria Neuza Pereira Barros

14. Pâmela Caroline Cagnoni
15. Regina Márcia do Nascimento Aguiar
16. Renata Marques
17. Ryan de Souza Braga
18. Telma Ferreira Lopes

#### Delegados eleitos representantes do poder público

1. Ana Cláudia da Silva Reis
2. Ana Paula Montagnoli
3. Annelise Terrazas
4. Mariana Barão
5. Marina de Souza Maia
6. Marlene Feliciano de Oliveira
7. Pâmela Aparecida Ferreira da Costa
8. Rosemary Aparecida Gimenes Sevilha
9. Sheila Michele Ralla

#### Suplentes representantes do poder público

1. Adriana Schwarz
2. Cinthia Baú Betim Cazarin
3. Ciro Hugo Elnatan de Souza Santos
4. Cristina Criscuolo
5. Maria Cláudia Trindade da Costa
6. Ueliton Messias
7. Vanilde F. de Souza Esquerdo
8. Willian Azevedo de Souza

## Considerações finais

Os eixos temáticos e propostas debatidas durante toda a Conferência resultaram em sugestões para revisão do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Campinas vigente e para as etapas regional e estadual da VI Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (Cesan-SP), respectivamente. O conteúdo apresentado na versão integral do Relatório Final da III Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Campinas, na página da Prefeitura Municipal de Campinas na internet, e sintetizado nesta publicação representa democraticamente o que os delegados almejam. O documento completo foi encaminhado também aos poderes executivo e legislativo e ao Ministério Público, para ciência.

As fotos do evento foram disponibilizados na internet<sup>9</sup>, juntamente com a versão digital do I Plano de Segurança Alimentar e Nutricional de Campinas e com todos os documentos utilizados pelos eixos para os trabalhos específicos, as palestras magna e de introdução aos eixos, os relatórios com as

<sup>9</sup> [bit.ly/orientadoresSAN2023](https://bit.ly/orientadoresSAN2023).

propostas que nasceram das discussões em cada um dos eixos, o Regimento desta Conferência, as moções aprovadas em plenária, o cômputo das avaliações do evento e a versão final digital e integral do Relatório. Algumas fotos também podem ser visualizadas no perfil do Instagram do Comsan Campinas<sup>10</sup>.

Estando todos os membros da Comissão de Organização de acordo, assinou o Relatório a coordenadora do Grupo de Trabalho e presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar de Campinas, Comsan Campinas, Renata Elisa Faustino de Almeida Marques.

## Referências

ANDRADE, M. C. de.; SILVA, J. G. da.; BELIK, W.; TAKAGI, M.; COSTA, H.; BATISTA FILHO, M.; BATISTA, L. V.; MELO FILHO, D. A. de; SOARES, J. A.; SANTANA, P.; DUARTE, R.; ZAIDAN FILHO, M. **Josué de Castro e o Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção Pensamento Radical).

CAMPINAS. Lei Municipal nº 15.912, de 18 de junho de 2020. **Diário Oficial do Município de Campinas**, Campinas, n. 12.350, 19 jun. 2020.

CAMPINAS. Decreto Municipal nº 22.835, de 21 de junho de 2023. **Diário Oficial do Município de Campinas**, Campinas, n. 13.113, 22 jun. 2023. p. 3.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 6., Brasília. **Erradicar a fome e garantir direitos com comida de verdade, democracia e equidade**: caderno de orientações. Brasília: Consea, 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

LICHOTTI, C.; VALENTE, R. Obesidade infantil dispara na geração Tiktok. **Piauí**, 7 jul. 2022. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/fome-na-geracao-tiktok/>. Acesso em: 10 dez. 2023.

MAFRA, L. A. S.; NAVES, F. L. Gestão de políticas sociais: a importância das articulações institucionais e setoriais em programas de segurança alimentar e nutricional. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 7, n. 1, p. 34–49. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1679-39512009000100004>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. **Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos**. Disponível em: [https://portal.campinas.sp.gov.br/secretaria/assistencia-social-pessoa-com-deficiencia-e-direitos-humanos/pagina/conselho-municipal-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-comsan?fbclid=IwAR2VsNCPKvqi00yVOB6JsS8HhGFYlxHOM92vCweP\\_wvQFhldyjezOFidex4](https://portal.campinas.sp.gov.br/secretaria/assistencia-social-pessoa-com-deficiencia-e-direitos-humanos/pagina/conselho-municipal-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-comsan?fbclid=IwAR2VsNCPKvqi00yVOB6JsS8HhGFYlxHOM92vCweP_wvQFhldyjezOFidex4). Acesso em: 12 dez. 2023.

---

<sup>10</sup> @comsan.campinas

**Embrapa**

---

**Territorial**



MINISTÉRIO DA  
AGRICULTURA  
E PECUÁRIA

